

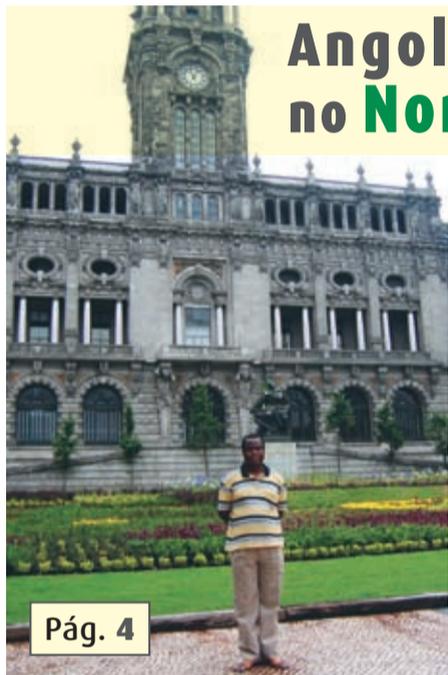
M W A N G O L É

Nº 3 • JULHO 2006

EDIÇÃO GRATUITA

www.embaixadadeangola.org

Angolanos no Norte de Portugal



Pág. 4

Registo Eleitoral arranca em Agosto



Pág. 2

Presidente José Eduardo dos Santos na Cimeira da CPLP

«No momento em que se assinala o 10º aniversário da Comunidade, ainda são muitos os que duvidam da sua razão de ser, ou da eficácia das medidas tomadas em comum, baseando-se em aspectos como a dispersão geográfica, o grande desnível no domínio do desenvolvimento e outros».



O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, participou recentemente na Guiné-Bissau, na Conferência dos Chefes de Estado e do Governo, que assinalou os 10 anos da CPLP. Na sua intervenção, o Presidente de Angola disse que a CPLP deve afirmar-se como um espaço de concertação política, de acções de solidariedade, promoção na cooperação económica, científica e técnica, de intercâmbio cultural e desportivo, bem como aprofundamento do conhecimento recíproco dos seus povos. O presidente, anunciou que Angola se propõe a acolher em 2010, a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Por outro lado, segundo recomendação da Cimeira, Angola deverá assumir no próximo biénio a direcção executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). > Pág. 2

Pág. 13



Angola pela primeira vez na Feira do Livro de Lisboa e Porto

Pág. 14



“Palancas” no Mundial de Futebol 2006



Governo e Fórum Cabindês assinam cessar fogo e memorando de entendimento de paz

Pág. 3

Capa

Angola dirigirá Instituto de Língua Portuguesa



Angola esteve presente na sexta Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Bissau (capital da Guiné Bissau), com uma importante delegação chefiada pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

No comunicado final da Cimeira, os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reiteraram o compromisso de erradicar a fome e a pobreza nos seus respectivos países, e na impossibilidade de alcançar este objectivo, reduzir a fome e a pobreza para "metade" até 2015.

Decidiram também universalizar o ensino básico, promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres, melhorar o acesso à saúde reprodutiva, reduzir drasticamente a mortalidade materno-infantil e combater o HIV/Sida, a malária, tuberculose e outras doenças infecciosas endémicas. Para o efeito

comprometeram-se a trabalhar, através de uma parceria global para o desenvolvimento.

Os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, saudaram os recentes Acordos de Entendimento rubricados entre o Governo de Angola e o Fórum Cabindês para o Diálogo, e sublinharam a necessidade de uma estabilidade definitiva para aquela parte do território angolano.

Por outro lado, os mais altos mandatários da CPLP, com base no documento denominado "Declaração de Bissau", enalteceram os empenhos do Governo de Angola tendentes à estabilização macro-económica do país, factor determinante para a promoção do desenvolvimento e progresso sócio-económico da nação angolana.

Os esforços do Chefe de Estado angolano, no que concerne à consolidação do processo democrático, particularmente em relação à realização das próximas eleições gerais em Angola, foram igualmente louvados.

Segundo recomendação da Cimeira, Angola deverá assumir no próximo biênio a direcção executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Na mesma altura, o Brasil deve assumir a Presidência do Conselho Científico da referida instituição.

A cimeira, reiterou aos Estados membros e às instituições da sociedade civil, a necessidade de apoiar os projectos e iniciativas do IILP, em particular o Observatório de Língua Portuguesa. Destacou-se ainda, a urgência de apoiar Timor Leste, tendo em conta as circunstâncias particulares, que dificultam o desenvolvimento cultural desse país.



«No seu 10 aniversário, muitos duvidam da razão de ser da CPLP»

No seu discurso no decorrer da Cimeira, o Presidente angolano afirmou não ser fácil alcançar os objectivos de desenvolvimento do milénio, «mas penso que esta Cimeira será eloquente e eficaz ao tratar os "Desafios e Contribuições da CPLP", para os atingir».

Referindo-se aos esforços realizados no sentido da promoção da paz e da estabilidade interna, apelou para «a superação das dificuldades sociais e económicas e da perspectivação do desenvolvimento sustentado e aberto aos grandes desafios que o fenómeno da globalização impõe». O presidente disse ser urgente, que os países mais industrializados, concedam a ajuda prometida equivalente a 0,7% do seu PIB.

Estando os países da CPLP por razões compreensíveis em estágios diferentes de desenvolvimento, «justo é esperar que criemos entre nós as sinergias que nos capacitem, não obstante as limitações próprias» disse, precisando que essas necessidades variam naturalmente de país para país, «o que importa, desde já, é que exista plena consciência de que o nosso desenvolvimento comum não é possível sem paz, democracia, estabilidade económica e justiça social e com a participação activa e interessada de todos os extractos da população».

Referindo-se aos conflitos em países da CPLP, como a Guiné Bissau, S.Tomé e Príncipe e Timor Leste, José Eduardo dos Santos disse «também têm um quadro definido para a sua resolução definitiva. Tudo isto nos reconforta e nos permite ter esperanças, de que as energias vão concentrar-se agora, na recuperação económica e no tratamento devido dos problemas sociais acumulados».

Reiterando o apoio aos esforços que o governo da Guiné Bissau desenvolve para consolidar a paz e estabilidade, e tendo em conta o patriotismo e elevado sentido de responsabilidade dos dirigentes eleitos, o presidente disse confiar, que, tal como em Angola far-se-ão esforços «no sentido da paz e reconciliação nacional, da estabilização macroeconómica, da reconstrução de infra-estruturas e do relançamento da produção nacional.

Assim sendo, apelou a que a CPLP faça diligências junto das instituições internacionais e se junte a ela, para que se preste a ajuda necessária, com vista à retomada da economia guineense.

Solicitou também, atenção e solidariedade para com o povo de Timor Leste, que voltou a experimentar momentos de grande inquietação e insegurança «que levaram à perda de vidas humanas e à destruição de infra-estruturas», sublinhando o facto dos países que se constituíram mais recentemente em Estados independentes, saberem quão é importante a paz e estabilidade internas para o aprofundamento da democracia, combate e erradicação das doenças endémicas e para a criação das bases para o desenvolvimento.

«Num momento em que assinala o 10º aniversário da Comunidade, ainda são muitos os que duvidam da sua razão de ser, ou da eficácia das medidas tomadas em comum baseando-se em aspectos como a dispersão geográfica, o grande desnível no domínio do desenvolvimento e outros, mas, como realçou, a CPLP não é um espaço de integração económica, social e política, pois «cada um dos nossos países está inserido em zonas de integração em África, na América e na Ásia».

Porém, para Eduardo dos Santos, a CPLP deve afirmar-se, como um espaço de concertação política, de acções de solidariedade, promoção da cooperação económica, científica e técnica e do intercâmbio cultural e desportivo, bem como aprofundamento do conhecimento recíproco dos seus povos. Sugerindo acções práticas, concretas e construtivas, no sentido de demonstrar que são mais fortes os laços que unem e os valores que identificam os países da CPLP, o Presidente defendeu, ante a globalização, o direito a uma identidade própria, fundada não só em interesses recíprocos ou convergentes, mas também na solidariedade.

A terminar, anunciou que Angola propõe-se acolher em 2010 a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Registo eleitoral entre Agosto e Outubro



Caetano de Sousa - Presidente do C.N.E.

O arranque do registo eleitoral, vai ocorrer entre os meses de Agosto e Outubro deste ano.

Conforme decisão da Comissão Nacional Eleitoral, que vai remeter a escolha à apreciação do Governo, a data surge após reunião entre os partidos políticos com e sem assento parlamentar e antes de ser tornada pública, merecerá o parecer do Governo, em obediência ao artigo 24 da Lei do Registo Eleitoral.

O porta-voz da Comissão Nacional Eleitoral explicou, que o parecer não é vinculativo, mas sim consultivo, e dentro da cooperação existente entre os órgãos envolvidos no processo. O registo eleitoral, ainda sem data exacta para o seu início, será efectuado num período de seis meses, conforme o programa apresentado pela CNE ao Governo.

Partidos da oposição, aplaudem a Solução Tecnológica para registo eleitoral

O registo eleitoral é um mega projecto, cuja execução vai envolver cerca de 14 mil elementos, que serão distribuídos em mais de 2 mil brigadas fixas e móveis, para a recolha de dados individuais, de cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos.

Os partidos da oposição em Angola, enalteceram a solução proposta pelo Ministério da Administração do Território, para o registo eleitoral, concebido por um Consórcio, constituído por cinco empresas angolanas, o qual venceu o concurso público realizado em finais de 2005.

A apresentação pela Comissão Interministerial, para o Processo Eleitoral (CIPE) do sistema aos partidos políticos com e sem assento no parlamento, serviu para estes emitirem as suas opiniões sobre o projecto e teve duas fases. A primeira teórica e a segunda prática, mediante uma simulação de registo, de alguns voluntários presentes.

Desde a recolha, processamento e armazenamento de dados de identificação pessoal numa base centralizada, entre as quais as impressões digitais e a fotografia, até à obtenção do cartão de eleitor.

O sistema nacional de registo eleitoral, foi configurado para 7.500.000 votantes e 10 mil cadernos eleitorais, será implantado em todo o país para apoiar os processos eleitorais subsequentes, incluindo a normalização da administração do território.

O coordenador da CIPE, Virgílio de Fontes Pereira, explicou que o projecto será apresentado, aos representantes de organizações não-governamentais, juvenis, igrejas, autoridades tradicionais

e outros segmentos da sociedade, para que todos os participantes se familiarizem com o sistema, visando a transparência do processo.

Virgílio de Fontes Pereira esclareceu, que as sessões da apresentação do sistema, visam conferir fiabilidade e rigor ao mesmo, pelo que, todos os comentários e contribuições serão tidos em conta.

Os mentores do sistema reconhecem que, durante o processo de registo, poderão encontrar alguns constrangimentos decorrentes da dificuldade de identificação dos cidadãos nacionais, dos refugiados angolanos ausentes nos países vizinhos, do modo de escrita dos nomes (tradicional), logística de apoio às brigadas, transtorno na circulação, tendo em conta o mau estado das vias e a existência de minas.

Recrutamento para registo eleitoral

O processo de recrutamento de mais de 3 mil e 500 elementos para o registo eleitoral, a ser conduzido pela Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral, teve já início em todas as províncias de Angola.

Os candidatos, deverão ter cidadania angolana, a idade mínima de 18 anos e possuir como habilitações literárias a 8ª classe do ensino geral, para chefes de brigada, e a 6ª classe, para "brigadistas". Estes elementos, 504 dos quais serão chefes de brigada e terão como função efectuar o registo eleitoral, procedendo à identificação individual dos eleitores e à emissão e distribuição dos respectivos cartões de eleitor, e têm que ter um bom conhecimento da língua falada na área de realização do registo, bem como, disponibilizada para trabalhar em qualquer parte do território nacional.

Consórcio Eleitoral, capacita órgãos provinciais

O Consórcio Técnico Eleitoral, realizou em Maio na província da Huíla, um curso de capacitação, dos Centros de Monitorização e Suporte provinciais, inserido, na preparação dos trabalhos de fornecimento de material tecnológico para o registo eleitoral.

Tomaram parte no curso, representantes das províncias, num total de 72 participantes.

A acção formativa, contemplou abordagens à volta da legislação e processo do registo eleitoral, soluções tecnológicas, controlo do registo, como agir perante o risco de minas e as relações com outras entidades. O curso, contou com formadores nacionais e estrangeiros, dos quais se destacaram Daniel Ferrão, Onofre dos Santos, António Lobato e Ismael Mateus.

Governo reabilitou 190 escolas, 15 hospitais e 161 postos médicos em 2005

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros, analisou recentemente, aspectos de natureza económica e social do país. Em sessão ordinária orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a Comissão constatou o crescimento do Produto Interno Bruto, na ordem dos 20,6%, a mais elevada desde a independência nacional. O comunicado de imprensa do encontro, refere que a execução do Programa Geral do Governo 2005/2006, correspondente ao exercício de 2005, (embora algumas metas não tenham sido alcançadas) foi, de um modo geral, francamente satisfatória. O comunicado informa ainda, que o governo angolano, no quadro do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às Populações, reabilitou no ano transacto 190 escolas nas diversas províncias do país, 15 hospitais, centros de saúde e 61 postos de atendimento médico.



Paz definitiva para Cabinda

O Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD), assinaram dia 1 de Agosto na cidade de Namibe, o Memorando definitivo de Entendimento para a Paz e Reconciliação em Cabinda, no quadro do processo de pacificação para a província.

O Memorando, rubricado, define a necessidade de aprovação, pela Assembleia Nacional, de uma Lei de Amnistia, o cessar das hostilidades, a desmilitarização das forças sob autoridade do Fórum, a adequação do dispositivo militar das FAA e a reintegração condigna do pessoal proveniente do Fórum Cabindês, na vida nacional.

O processo, foi marcado pela observância de um cessar-fogo assinado no final do mês de Julho, na localidade de Massabi, pelo chefe adjunto do Estado Maior General das FAA, General Geraldo Sachipengo Nunda, e pelo General Maurício Zulo, das forças militares sob autoridade do Fórum Cabindês para o Diálogo.

Durante a sessão da Assembleia Nacional, dedicada ao processo de paz para o enclave, o Governo reiterou o incentivo no total cumprimento dos compromissos assumidos, destacando a importância deste empenho, para o bem-estar das populações locais e de todo o país.

Virgílio de Fontes Pereira, ministro da Administração do território representou o governo nas negociações com o FCD, chefiado pelo seu presidente António Bento Bembe. O ministro, informou que o memorando, negociado totalmente à luz do regime jurídico constitucional vigente, tem como limites, o reconhecimento do Estado Unitário e indivisível de Angola, mas também as especificidades de Cabinda, sendo a promoção de um modelo de governação para Cabinda com especiais competências, uma necessidade. Foram previamente afastadas, as pretensões independentistas defendidas por auto-proclamados representantes do povo do enclave.

Após um ano de contactos discretos com representantes de algumas das forças de Cabinda, que se constituíram voluntariamente num Fórum, e se apresentaram como interlocutores legitimados, foi possível avançar as negociações, emperradas devido a divergências de posições e às dificuldades de identificação do interlocutor válido bem como a definição de um comando cabindês, para a cessação das hostilidades por parte das diversas facções do enclave.

“Esses mesmos interlocutores, assumiram um problema que é público e que tinha a ver com uma das questões que nos dividia profundamente, que é o afastamento da tese da independência”, disse o ministro da Administração do território Virgílio Fontes Pereira.

Esclareceu ainda, a impossibilidade da aplicação das pretensões independentistas, devido à limitação constitucional que consagra o país como Estado unitário e indivisível, o que impede também uma possível autonomia política. A tese independentista, foi igualmente afastada, por deputados da UNITA, PLD, PRS, PAJOCA.

O Estatuto Especial de Cabinda, consagrado no Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação para o enclave, prevê, entre outros aspectos, a partilha de decisões entre o futuro governo da província e o poder central em diversas matérias.

Segundo o ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira, do estatuto destaca-se a consagração de um conjunto de matérias em que o Governo de Cabinda detém competências específicas para promover a governação. O ministro esclareceu que o estatuto especial não traduz a consagração de uma autonomia política, dado ao obstáculo legal imposto pela Lei Constitucional, pelo que preconiza o respeito pelo Estado de Direito e o reconhecimento do Estado unitário.

“O estatuto, permite que se possa vislumbrar um sistema de governação mais participativo em Cabinda, um poder de intervenção mais alargado por parte do governo local, maior legitimidade na intervenção em áreas de governação, até então colocadas na exclusiva gestão do governo central”, sintetizou, alertando que tais medidas não significam a resolução dos problemas do povo de Cabinda, mas, no quadro do processo de paz, abrem uma nova era de irmandade, reconstrução e desenvolvimento do enclave. “Por esta razão, o governo entende que todos aqueles que ainda não se revêem nesse processo, mas que têm na paz um ideal a ser assumido, devem integrar e participar do mesmo, porque todos seremos poucos para resolver o nosso problema”, concluiu.

Professor e Investigador angolano em Portugal

Entrevista com o Prof. Doutor Joaquim Augusto Laureano • por Bela Lemos

Docente na Universidade de Évora e na Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Joaquim Laureano é um investigador na área da Agronomia e do Ambiente. Licenciado em Agronomia, pela Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Agostinho Neto, especializou-se em Produção Vegetal, pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa. Participa no Mestrado em Agricultura e Recursos Naturais, da Universidade Agostinho Neto e é membro da Assembleia da Universidade de Évora. Doutorado em Ciências do Ambiente por esta Universidade e vivendo há 15 anos em Portugal, manifesta o seu desejo de voltar a Angola, para trabalhar na melhoria das condições de vida das populações rurais.

MWANGOLÉ • Como enveredou pela carreira do ensino?

Joaquim Laureano • Nasci e cresci na Missão do Késsua, num meio rural, académico e religioso, que foi muito favorável ao desenvolvimento de uma mentalidade de partilha e transmissão de conhecimentos. Por isso digo que, uma aula é uma conversa em que se ensina e se aprende.

M • Fale-nos de todo este percurso. Desde Angola, até Portugal?

JL • Em 1978, ingressei no Curso de Agronomia leccionado pela Faculdade de Ciências Agrárias no Huambo. Fui contratado como Monitor em 1979. E em 1984, já era Assistente e regente das disciplinas de Botânica e Fisiologia Vegetal, acumulando as funções de Chefe do Departamento de Biologia Agrícola. Tinha 26 anos. Depois, fiz uma pós-graduação em Cuba. Em termos de investigação, 1983/84 é o início e desenvolvi trabalhos com o objectivo de estudar a adaptabilidade do trigo e do (trtales?) às condições da província do Huambo. Posteriormente, em 1985, participei no projecto PNUD/FAO ANG/80/038, ocupando-me dos trabalhos que tiveram como objectivo, o reconhecimento botânico e a correlação entre as características do coberto vegetal e do solo. Em fins de 1989, iniciei a organização e o desenvolvimento de um conjunto de actividades sistemáticas com o intuito de “reabilitar” a cultura da batata (*Solanum tuberosum L.*), tendo sido neste aspecto, o principal artífice da criação do NIBA (Núcleo de Investigação da Batata), em finais de 1990. Paralelamente, dei continuidade aos trabalhos iniciados em Cuba com *Amaranthus spp.*, a nossa jimboa, e iniciei os trabalhos conducentes ao levantamento das espécies deste género cultivadas no Huambo. Em termos de publicações, produzi algumas durante esta fase, contudo, saliento uma intitulada “Biotecnologia: possibilidades e perspectivas para a agricultura angolana”, uma obra pioneira, pois naquela altura, a biotecnologia não era um termo familiar no léxico agrícola angolano, e eu já apontava o facto de que algumas das soluções para a agricultura angolana passarem pela Biotecnologia.

M • Que barreiras enfrentou ao longo desta carreira? Em Angola e aqui em Portugal?

JL • Em Angola, no Huambo, as dificuldades estavam essencialmente relacionadas com as condições de guerra e de terror. As bombas rebenta-

vam na cidade. À noite, eram os ataques. As vias de comunicação terrestre estavam inoperantes, se alguém ousasse circular nelas, estava sujeito às emboscadas. Ora, isto tudo se reflectia negativamente em todos aspectos das nossas vidas. Em Portugal, as dificuldades estavam fundamentalmente relacionadas com as saudades, com a adaptação ao clima e ao ritmo de vida.

M • Quais os momentos mais marcantes da sua carreira?

JL • Por exemplo, no ano lectivo 1983/84, quando a direcção da Faculdade de Ciências Agrárias me concedeu um Louvor pelos trabalhos desenvolvidos ao nível da docência e da organização do Departamento que então dirigia. O facto de ter sido convidado para integrar o Corpo Docente da Faculdade de Ciências Agrárias, cujos critérios de admissão são rigorosos e também para ser revisor de artigos publicados em Revistas Científicas. A conclusão do Doutoramento, com Louvor e Distinção, depois de anos de trabalho, árduo, e a entrada, como Assistente na Universidade de Évora, uma das mais prestigiadas Universidade de Portugal, que me permitiu continuar os estudos de Pós-Graduação.

M • Fale-nos um pouco da sua actividade científica?

JL • Comporta duas componentes, a docência e a investigação cujos trabalhos realizo na Universidade de Évora, Estação Agronómica Nacional (Oeiras), Universidade Nova de Lisboa e em Angola. Participo em mais de 30 trabalhos científicos e devo ter publicado mais de 50, muitos deles, em revistas internacionais da especialidade e indexadas.



Os meus trabalhos de investigação estão inseridos na convergência entre a área da Agricultura e a do Ambiente e têm os seguintes objectivos gerais: (1) selecção de plantas resistentes à seca; (2) análise do impacto dos diferentes sistemas de produção agrícola sobre a produtividade das culturas, características do coberto vegetal e sobre as propriedades químicas e físicas do solo e (3) caracterização dos agrossistemas, com a finalidade de conceber modelos de produção agrícola sustentáveis, (4) análise das implicações resultantes da utilização de resíduos na agricultura e (5) apoio ao Desenvolvimento Rural.

M • Que benefícios estes estudos terão para Angola?

JL • Os benefícios são variados, como resultado da diversificação da minha investigação. Por exemplo, em relação à seca, desenvolvi uma metodologia de trabalho que me permite rapidamente identificar, analisar e avaliar a real importância de determinada estratégia de resistência à seca, num dado condicionalismo agroecológico. A seca limita bastante a actividade agrícola em Angola.

Concebi, as Quintas de Produção Integral, que podem servir de modelo para a implementação e gestão de Agrossistemas Sustentáveis. O problema, muitas vezes, está em canalizar para o país, toda esta informação e conhecimento. Criei,



no âmbito das minhas actividades profissionais, ligações à pessoas, instituições e projectos que se adaptam perfeitamente a Angola e que, contribuiriam de várias formas para a melhoria do ensino e da investigação agrária no País.

M • Está desligado do País?

JL • Mesmo na altura da guerra, eu e outros colegas mantivemos aqui, em Portugal, vivo, o espírito da Faculdade de Ciências Agrárias, através de reuniões, seminários e encontros, todos tendo como tema a Agricultura Angolana nas suas diferentes dimensões. Sabíamos, que a guerra teria um fim. Foi nesta perspectiva, que em 2001 regressei a Angola e participei na reestruturação dos Cursos de Licenciatura, leccionados pela FCA, e na estruturação do Mestrado em Agricultura e Gestão de Recursos Naturais.

Na altura, e isto consta do meu relatório, alertei para o facto de não estarmos em condições para optar por Bolonha. A “Bolonhaização” do Ensino Superior Agrário, que considero um erro, pois não tínhamos nem temos condições para tal. Recordei que na grande Reformulação do Ensino Superior Agrário de 1984, em que participei com responsabilidades de dirigir a área da Biologia Agrícola, a Faculdade de Ciências Agrárias já tinha encetado a implementação de uma Licenciatura Bietápica com saídas bem organizadas para as Especializações, Mestrados e Doutoramentos.



Fizemos coisas boas e só nos resta uma profunda nostalgia. Neste momento, o meu vínculo a Faculdade de Ciências Agrárias resume-se à docência no âmbito do Mestrado em Agricultura e Gestão de Recursos Naturais. Estou também envolvido na reestruturação do Ensino Profissional Agrário em Angola, e dei o meu contributo na estruturação do Curso de Bacharelato em Engenharia do Ambiente professado pela Escola Superior Escola Superior de Ciência e Tecnologia do Namibe.

M • Quais são os seus projectos futuros?

JL • Reforçar aspectos importantes das minhas linhas de investigação. Continuar, no Bié, a estruturação do Ensino Profissional e Tecnológico. É de louvar a excelente visão do Governador do Bié, o Eng. Amaro Tati, que deu prioridade a este tipo de formação, como um dos alicerces do Desenvolvimento Agrícola da Província que dirige. Há toda a necessidade de dar continuidade aos trabalhos iniciados na Faculdade de Ciências Agrárias na década de 80. Mas, neste momento, quero utilizar todo o conhecimento que tenho, na concepção de projectos internacionais que sejam válidos para Angola, que traduzam melhorias para as populações, formação de quadros e o reforço de infra-estruturas. Penso que, as pessoas, mesmo estando fora do País, podem e devem dar o seu contributo para o desenvolvimento do mesmo, o que fiz ao apresentar o conceito de ANGOSFERA, conceito por mim criado. Um parêntese, para agradecer o Eng. Gilberto Buta Lutucuta, Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola, por ter divulgado o artigo, em que tal conceito foi apresentado pela primeira vez. Gostaria também de chamar a atenção para que, os quadros angolanos, dos mais diferentes níveis e independentemente do local onde vivam, criem sinergias, em vez de divisões, se integrem em projectos e acções e desta forma contribuam para o desenvolvimento do nosso País, aproveitando o que cada um tem de melhor. Num futuro próximo, gostaria de criar ou integrar um gabinete de projectos agrícolas para participar na criação de “modelos de produção agrícola” nos quais se encaixem planos, projectos e acções de desenvolvimento rural, tendo como paradigma a análise sistémica.

Angolanos no Norte de

Em Portugal, a comunidade angolana por terras nortenhas é constituída em grande parte por estudantes que regressam, depois de terminar os estudos. Depois do advento da paz como afirmam: «muitos regressaram e somos cada vez menos». Há, contudo, aqueles que vivem em Portugal desde a infância. Para esses, «o espectro do regresso» continua presente, ainda que «não seja para já». O jornal Mwangolé constatou, com algumas dessas pessoas, que longe da pátria e em terra estranha, prevalece o espírito de interajuda, consubstanciado no associativismo, o patriotismo e o orgulho pelas origens.



Pedro Fernandes ao microfone da Rádio onde trabalha desde 1995

Pedro Fernandes já não realiza o "Lusofonias"

Eugénio Silva, levou-nos a Pedro Fernandes, que cumpria a sua rotina na Rádio Antena Minho. Muito experiente como entrevistador, digamos que o Sr. professor esteve nervoso como entrevistado, mas a conversa acabou na maior descontração.

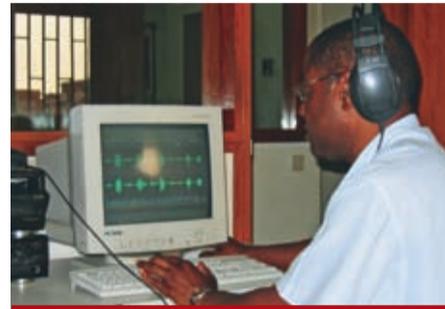
O angolano que, desde 1981 se tornou bracarense, vive desde 1975 em Portugal, e esteve primeiro em Melgaço «lá em cima junto a fronteira com a Espanha». Pedro, que é carinhosamente saudado pelos bracarense, que o conhecem

através da Rádio Antena Minho, tem familiares em Portugal, que vieram antes da independência, confundindo-se, alguns com os portugueses, porque de Angola pouco ou nada sabem, mas o jornalista apesar de se sentir bem em Braga, afirma «Angola está presente em todos os dias da minha vida, o espectro do regresso é muito forte, não quer dizer que seja para já, porque tenho família».

Formado em filosofia, disciplina que lecciona na Profitecnica, radialista desde que começaram a surgir as rádios privadas em Portugal, nos anos 70/80, o angolano Pedro Fernandes, sempre quis ficar mais próximo da sua cultura, e divulgar os valores dos países de expressão portuguesa.

Nos primeiros anos das rádios privadas, Pedro tinha um programa que se chamava 3º Mundo, numa rádio que não chegou a legalizar-se. Já era uma perspectiva de chamar a atenção «para as culturas de outras paragens com as quais Portugal tem ligações históricas».

Ele realizou um programa cujo objectivo era dar realce as culturas da CPLP. O "Lusofonias", «cuja intenção era dar voz a quem não a tinha», explica sobre o espaço que existiu durante 10 anos na Rádio Antena Minho. De início, o programa tinha a duração de duas horas e, posteriormente, apenas uma.



Há 30 anos vivendo no norte de Portugal Pedro Fernandes veste a camisola da A.M.

Há apenas um mês, Pedro tem outro programa, que se chama "Ultramares". Ele pede, aos entrevistados, que levem os discos que escutam em casa e faz, uma edição radiofónica diferente e mais abrangente, que não deixa de estar ligada à língua portuguesa ou de outras nacionalidades: «Agora, posso trazer um ouvinte japonês ou russo. Há dias esteve cá o ministro angolano Kundi Payama, que visitou Braga a título privado».

Afinal acabou o Lusofonias porque: «Talvez se tenha tornado um pouco saturante, e também, porque em determinada altura não havia patrocínios. Durante algum tempo fi-lo por caridade sem ganhar nada. Era um programa semanal. Havia ainda a equipa na mesma situação, e achei melhor parar. Ainda assim, o programa durou dez anos, o que foi bastante».

Inicialmente como a rádio é privada e está em contacto com as empresas houve patrocínios de pessoas que tinham interesses económicos com África lusófona, empresas com filiais em Angola, e também de uma associação comercial de Braga. Uma instituição de comerciantes e duas empresas patrocinaram o programa durante 10 anos.



O programa Lusofonias existiu durante 10 anos

A rádio é uma paixão para Pedro Fernandes que sempre foi também apaixonado pelo género musical kizomba. Com "Lusofonias" aproveitou a oportunidade e divulgou a Kizomba, música que cada vez se escuta mais em Portugal. Na sua opinião havia uma lacuna na rádio portuguesa «ninguém passava música africana em português. Quando fiz esta proposta à rádio, eles aderiram de imediato».

A presença no Lusofonias de residentes de Braga é privilegiada. Para «não descontextualizar porque isto é uma rádio local, tinha que dar realce aos residentes cá. A maior parte dos ouvintes da rádio eram pessoas de Braga e que nunca tinham ido à África nem ao Brasil». Pedro, convidou muitas pessoas que estiveram em África durante a guerra e em particular muitos angolanos. A percepção que tem, é que as pessoas que o sintonizam ao fim de semana, são na sua maioria angolanos, cabo-verdianos e outras naturais de África, ou que tiveram, ou têm, alguma relação com o continente africano.

Começou a dar aulas por acaso. Contudo, acha que a rádio tem a ver com a docência: «Para mim, são actividades que se complementam, as leituras que faço para preparar as aulas, são importantes para o meu trabalho na rádio, pois permitem-me encontrar assuntos interessantes, para os meus ouvintes».

MWANGOLÉ



Pedro Fernandes mostrou-nos o Café Lubango na Estrada Nacional Braga-Barcelos

O Restaurante do Didi

Alguém nos sugeriu que deveria ser o restaurante da Fátima, mas ele é mais popular. Didi Rodrigues foi entrevistado por Pedro Fernandes, a propósito da sua passagem pelo mundial da Alemanha, para assistir o jogo de Angola contra Portugal.

O Mwangolé, quis conversar com o empresário do restaurante Palanca Negra que serve os "pitêus da banda". Na Alameda do Fajal nº 138 em Braga, encontramos Didi a família e amigos.

Há 14 anos em Portugal, este angolano vive apenas há 8 em Braga. Veio com mais 2 irmãos para jogar futebol, mas houve alguns entraves. Os dois irmãos, já estão em Luanda. Casado com a angolana Esperança Fátima Rodrigues, que está há 30 anos em Portugal, conseguiu ganhar, desde há 5 meses, a exploração do restaurante Palanca Negra.

Fátima, é o coração de tudo isto. Foi ela que lutou pelo projecto. Se ela não puder trabalhar o restaurante fecha. «Por isso tenho que ter muito cuidado com ela», afirma em tom brincalhão.



Didi e amigos



Ávidos por notícias da terra, os jovens folheiam o Mwangolé

«Aparecem sempre alguns curiosos» que depois de experimentarem a nossa comida voltam, e não querem outra coisa. «Ontem, por exemplo, que foi noite de São João, estivemos abertos até tarde, muitos foram entrando com a família, e foi uma noite animada» afiança.

Apesar de servir pratos típicos angolanos, o restaurante mantém-se com a culinária portuguesa, porque os clientes do dia a dia são portugueses e além desses, aparecem outros à procura da moamba e do mufete. Os angolanos, por enquanto, aparecem mais para conviver.

O mufete, é o único prato que é feito todos os dias por ser muito solicitado pelos portugueses. Como diz a cozinheira, «eles adoram e chamam ao feijão de óleo de palma, feijão creme. Muitos vêm para experimentar».

Calulu. Xinguanga, cachupa, e outros pratos saiem, sobretudo, por encomenda. Há dias esteve cá um

grupo de 15 pessoas, angolanos que viveram no Lubango e tinham saudades da moamba, diz Didi.

Fátima, que ainda se encontra à espera de solução para um processo que está em tribunal, por ter ficado sem receber seis meses de salário, diz não poder queixar-se dos resultados do negócio. De início, arriscou a confecção diária de três pratos africanos «tentei ter sempre moamba, xinguanga e calulu, mas como ainda não era muito conhecida, as coisas começaram a estragar-se e resolvi, fazê-las apenas por encomenda, porque, na verdade, são pratos que se preparam rapidamente».

Chegada a Portugal em 1975, Fátima formou-se como cozinheira por gostar muito de culinária e depois de vários empregos precários, está determinada a levar por diante o seu próprio negócio.

A angolana, entrou no restaurante Palanca Negra há 4 meses à procura de trabalho. Ao fim de algum tempo, os poucos clientes que apareciam, iam à procura da sua comida, por isso o patrão, propôs-lhe ficar com o restaurante. «Eu, nem que-

ria acreditar, parecia bom demais». No primeiro mês, o sucesso de Fátima foi redundante. «tive aqui 45 pessoas de uma só vez, a comer moamba, calulu, mufete, eram só portugueses que viveram em Angola, com saudades da comida angolana e que a partir daí, têm vindo sempre».



Didi, dono do Restaurante Palanca Negra com uma das filhas



Maria de Fátima é o coração do restaurante

E afinal como foi estar no mundial «Foi uma oferta dos meus irmãos e uma experiência única» diz-nos Didi, acrescentando que a selecção angolana perdeu, mas ganhou respeito e prestígio. «Os portugueses viram que não estavam perante aquela Angola que esteve em Alvalade naquele jogo polémico, mas sim, diante de uma equipa madura, que tem trabalhado muito e é preciso, levar isso a sério».

MWANGOLÉ

Portugal



Associativismo no Porto

Álvaro Carvalho o explicador de matemática

O ditado, “Os amigos são para as ocasiões,” é certamente, um lema de vida para o engenheiro electrónico Álvaro Carvalho, radicado no Porto desde 1994. Para Álvaro, a generalidade dos angolanos residentes no norte de Portugal são pessoas com responsabilidades que sabem o que devem fazer para não terem problemas no fim do mês mas, «a verdade é que, há alguns que contam com o salário e no fim do mês o patrão, não paga. Mas, há uma grande união entre nós e nessas alturas, ajudamo-nos uns aos outros».

Porque tem também um curso de formação de formadores e deu cursos na área de matemática, enquanto foi fazendo a sua licenciatura, Álvaro dispôs-se a dar uma ajuda aos filhos do pessoal com quem aos domingos jogava futebol, «os pais queixavam-se das dificuldades dos filhos».



Como presidente da AEAP, Álvaro valeu-se da experiência no movimento associativo português

Ele junta grupos de seis alunos nunca mais do que isso e faz a revisão da matéria tentando simplificar ao máximo para ensinar num curto espaço de tempo o que não foi assimilado durante o ano.

O futebol, acontece aos fins de semana e nem sempre no Porto. Os angolanos da zona norte deslocam-se entre Aveiro, Coimbra, Braga e outras regiões, para disputarem partidas amigáveis de futebol. Quem convida, organiza e prepara todas as condições. O convívio entre estudantes e trabalhadores de vários ramos de actividade, é o que Álvaro acha mais interessante.

O angolano, dirigiu os destinos da AEAP - Associação de Estudantes Angolanos do Porto durante dois anos. O seu principal objectivo foi, tentar unir os estudantes em torno da organização «é complicado e valeu-me muito a experiência associativa» Afinal ele foi presidente e membro da Assembleia de representantes da Faculdade de Engenharia, esteve no Senado Universitário e também, fez parte da Federação Académica do Porto.

«A juventude, normalmente, não tem incentivo para o associativismo, excepto, quando há festas». No seu tempo organizou, para promover a AEAP um Karaoke, bem à propósito, uma vez que ao contrário do Porto onde há duas discotecas africanas, em Braga não existe uma única. E como nos diz Nelo, padrinho da filha de Didi em jeito de lamentação, os mwangolés sofrem sem o semba, as kizombas e os kuduros, da banda.

Durante a Cimeira Ibero-Americana Álvaro Carvalho esteve próximo de Bill Clinton trabalhando na configuração de redes e cablagem, da OPTIMUS, algo que muito contribuiu para a sua realização profissional. «Fizemos hiper campanhas de promoção da marca da operadora, em que fazíamos a gestão da parte informática e electrónica da campanha eu, e mais 3 colegas».

Actualmente a estagiar numa empresa de telecomunicações, pretende voltar para Angola com alguma experiência profissional, «enquanto estudamos não adquirimos o conhecimento necessário para aplicar na vida profissional. Estou a aproveitar para fazê-lo agora», aclara sublinhando que os conhecimentos no seu *metier* são aplicá-



Armino Queza, que é presidente da Assembleia geral da AEAP, solicitou os computadores a uso na sua faculdade

veis em qualquer parte do mundo, por isso, não desperdiça oportunidades para adquirir o que não se aprende na universidade.

Este angolano, que se encontra perfeitamente integrado na sociedade portuense, é peremptório, ao afirmar; «nunca tive problemas, sempre participei em tudo que quis e, sinto-me perfeitamente integrado».

Chegou a Portugal em 1991, por conta própria, aqui ganhou uma bolsa de estudos da Cooperação Portuguesa conseguindo, em simultâneo trabalhar.

O representante do partido

Armino Queza é como diz «da doutrina de que o MPLA é o povo, o povo é o MPLA» ele é o primeiro secretário do MPLA desde 1998 altura em que foi constituída a sua estrutura de base na região do Minho.

Os esforços de Queza vão no sentido de aproximar os imigrantes angolanos das instituições do Estado angolano no Porto. Ele mantém a comunidade informada sobre as funções do Consulado e também encaminha determinados assuntos para esta instituição. Às vezes, por ser médico, é chamado a intervir, pois há falecimentos ou problemas de saúde a atender, entre os imigrantes angolanos.



O finalista Paulo João agradavelmente surpreendido com o jornal

Passam pelo nosso interlocutor, os encontros entre o Consulado e os empresários interessados em investir em Angola. Segundo diz, o norte de Portugal é onde estão sediadas muitas das empresas portuguesas que trabalham em Angola na área de construção civil e no ramo agro-alimentar. Até ao momento, já se realizaram dois en-



O estudante Ima Panzo com os pais João e Jacinta Hilário

contros, em Braga e Aveiro mas estão programados mais dois, para Chaves e Minho. Queza que se movimenta por terras nortenhas é de opinião que há muitos investidores portugueses do norte com interesses em Angola: «Alguns já estiveram a fazer prospecção lá e estão na fase de organizar dossiers, para apresentarem os projectos que querem implementar». Em Julho, mais uma comitiva de portugueses da região norte, visitará Benguela e, vai ainda, com o intuito, de participar na FILDA. Algumas destas empresas apoiaram durante anos as despesas correntes, da Casa de Angola, no Minho, mas entretanto, o próprio Queza, pretende pôr a direcção da Casa de Angola, em contacto com empresários portugueses recentemente vindos de Angola e com vontade de apoiar a AEAP: «Parecem interessados em colaborar», afirma.

Por outro lado, o primeiro secretário, apela ao Ministério das Relações Exteriores de Angola, para que apoie as associações angolanas no exterior.

Como presidente da mesa da Assembleia Geral da AEAP, considera que muitos dos problemas se podem resolver, desde que haja mais dialogo, com as instituições angolanas.

Alguns dos estudantes, que vêm com bolsas de estudo e com ajuda dos familiares, ficam por vezes, em situação difícil e estando quase a terminar os cursos, após anos de sacrifício, são obrigados a desistir. Armino Queza pretende, na sua próxima viagem a Angola, contactar os governos provinciais de Cabinda, Zaire e Bengo para que apoiem estes casos, com um contrato prévio no qual, os estudantes se comprometerão a trabalhar mais tarde, nas referidas províncias. Por outro lado, ele está a trabalhar com o Consulado, para que algumas empresas com interesses em Angola, proporcionem estágios aos angolanos que vão terminando os seus cursos, em áreas como a construção civil, nutrição e outras: «Neste momento, já há cinco estudantes, a beneficiar de estágio».

Na Rua Sá da Bandeira, nº28, sala 11, funciona a sede da AEAP. O espaço, foi cedido pela direcção da TAAG, nos anos 90, porque os senhores, reclamavam quando, para estudar, os angolanos ficavam com a luzes acessas até tarde. Os computadores existentes na AEAP foram cedidos, pela faculdade de Medicina do Porto a pedido de Armino Queza, que é também finalista do curso de medicina. Este incansável militante pensa especializar-se em cuidados de saúde pública, porque a medicina preventiva, é muito menos cara que a curativa. «Acho que, nos projectos de urbanização em Angola, se devam incluir também, pareceres médicos» pontualiza.

Cooperativa Muangola

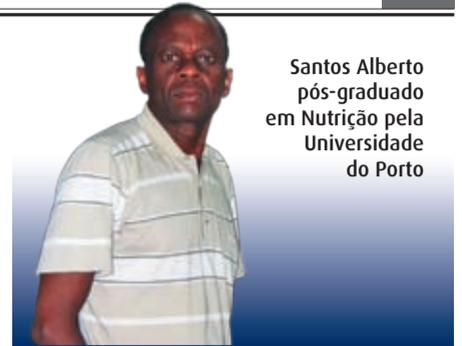


José Roberto

José Roberto, está no Porto, a finalizar a sua especialidade em Cardiologia. É médico no Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia, onde diz desfrutar de um ambiente de trabalho «muito bom».

Não tem planos de continuar em Portugal depois de concluir os estudos, mas a sua vivência no Porto não pode ser vista como a de um simples estudante, porque como médico, a especialização é feita acompanhada da formação hospitalar, sob a orientação de clínicos mais antigos «estando a trabalhar, conseguimos ter uma vida menos asfiziante em termos financeiros» afirma, acrescentando, «depois, se quisermos dedicar-nos à docência fazemos o mestrado ou doutoramento e essa parte é, essencialmente universitária».

Roberto, que diz já saber o que quer fazer dentro da cardiologia em Angola, teve a ideia, com um grupo de amigos, de criar uma cooperativa multifisicorial de ajuda ao desenvolvimento de Angola. Esta organização, visa apoiar jovens angolanos que estando em Portugal, queiram fazer cursos profissionais e não saibam como podem dirigir-se a Muangola. Já existem acordos com a Escola de Formação Profissional para formar esses jovens, permitindo assim, que se possam



Santos Alberto pós-graduado em Nutrição pela Universidade do Porto

inserir no mercado de trabalho. «Vamos também fazer um protocolo com a EPS (Escola Profissional de Economia Social). O objectivo é que esta cooperativa, exista também em Angola.

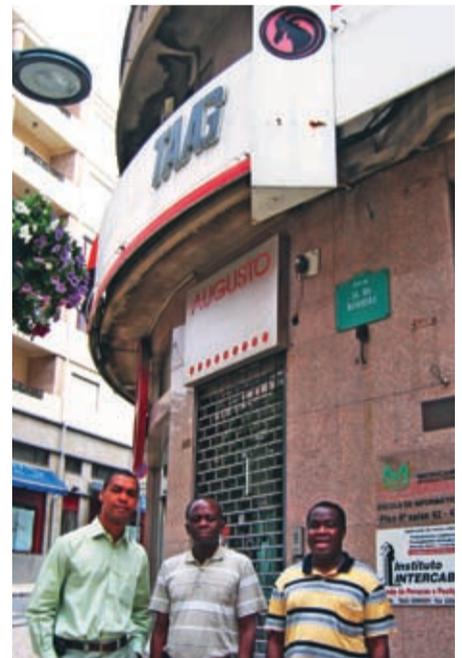
A EPS, está localizada no Porto, onde também funciona provisoriamente a sede da Cooperativa Muangola cujo endereço é na: Rua da Alegria, 598 3º andar. Entretanto, a escola já formou 10 indivíduos vindos de Angola, sendo que, no futuro, será a associação a fazê-lo.

A Muangola, pretende trazer de Angola, jovens que queiram fazer essa formação profissional e, também, apoiar jovens angolanos que já estejam em Portugal.

Há um ano, a cooperativa, surgiu da ideia de um grupo de amigos, mas a sua legalização é recente.

O rosto mais visível da Muangola actualmente, é o do seu presidente, Tadeu Fortes, que também é professor na EPS. Além de José Roberto, fazem parte da organização, Liras Bravo, Luís Mariano e mais recentemente, uma jovem socióloga portuguesa. A Cooperativa, como diz José Roberto, «está aberta a quem queira participar nos seus objectivos, dentro do cooperativismo sem fins lucrativos. O médico, afirma; «queremos ser concretos e objectivos, existe a possibilidade de formação profissional desses jovens. No futuro, poderão ser criados outros objectivos».

As áreas em que a Muangola pretende dar formação são: Informática, contabilidade e gestão.



A sede da Associação de Estudantes é nos escritórios da Taag

E, José Roberto sublinha; a cooperativa não pretende substituir outras instituições vocacionadas para o efeito ou canais que já estejam criados «é mais no sentido de complementar o que já existe, visto que as necessidades de formação em Angola são enormes e não só lá, mesmo cá, há jovens que não conseguem penetrar no mercado de trabalho português».

Muitos, trabalham na construção civil e mal pagos. «Tudo isto nasceu das nossas ideias e do convívio que vamos tendo com os jovens.

Notámos que há muita gente sem orientação profissional tanto aqui como em Lisboa, pelo que seria bom para o nosso país, que esses jovens pudessem voltar com uma profissão».

A Cooperativa Muangola está numa fase embrionária, mas em crescimento, e há intenções de divulgá-la mais, junto do Consulado e da Embaixada, bem como nos encontros que houver futuramente, entre a comunidade. «Queremos dar-nos a conhecer para que as pessoas com este tipo de necessidade, possam ser encaminhadas para a cooperativa e, quando houver encontros ou actividades em que possamos participar, fá-lo-emos».

Colóquio sobre África



Mesa da Presidência na sessão de abertura

Prof. Mwailla Tshiyembé, professor universitário em França e Conceição Legot

O Grupo Africano de Embaixadores acreditados em Lisboa, organizou actividades culturais alusivas ao Dia de África, com a participação das associações da diáspora africana, em Portugal.

O colóquio «África: Parcerias para o Desenvolvimento», que teve lugar na sala Quedá do Centro Cultural de Belém, visou o debate das perspectivas, africana e europeia, sobre as relações entre os dois continentes e reuniu na capital lusa, estudiosos africanos e europeus. Como disse o embaixador, Assunção dos Anjos, decano do Grupo Africano de Embaixadores, a intenção é debater «o presente, as realidades e mitos, desgraças, crises, esperanças e perspectivas de construção de um futuro de integração e desenvolvimento para África».



À esquerda, a Cônsul de Angola em Lisboa, Elisabeth Simbrão

o linguista Mwatha Ngalasso, o 1º vice-presidente do parlamento africano, Fernando França Van-Dunem, Aicha Bah Diallo, directora da Unesco para a educação, os professores da Universidade de Paris XII e Nancy II, José Lamego da Faculdade de Direito de Lisboa, Alcinda Honwana, antropóloga da Open University de Londres, e Kabunda Badi, das Universidades de Lausane (Suíça) e Autónoma de Madrid (Espanha), bem como Jaime Gama, Presidente da Assembleia da República Portuguesa.



França Van-Dunem, 1º Vice-Presidente do Parlamento Africano

A União Africana é viável

Na «eloquente» intervenção, que fez ao abrir o colóquio subordinado ao tema «África: Parcerias para o desenvolvimento», o embaixador angolano em Portugal, Assunção dos Anjos, defendeu a necessidade de um rápido, mas sustentável desenvolvimento sócio-económico para África. Reconhecendo que a mudança do actual quadro, passa pela melhoria de factores como a debilidade registada a nível das instituições, as instabilidades sócio-políticas, e o precário desenvolvimento económico, mostrou confiança de que estes objectivos poderão ser atingidos com o esforço de todos. Assunção dos Anjos, exortou para, a necessidade de se reforçar a unidade entre os africanos em torno dos programas da União Africana (UA) e do seu plano estratégico.

«O projecto da UA é viável. Juntos poderemos construir a prosperidade e a modernidade em África, tendo em conta os já visíveis primeiros sinais de maior estabilidade, mais respeito pelas instituições legitimamente eleitas, maior tolerância e transparência que se registam no continente», frisou.



Ao centro, Elisabeth Tankeu, Comissária da União Africana para o Comércio e Indústria

Com a participação, na sessão de abertura, do ministro dos Negócios Estrangeiros português, Diogo Freitas do Amaral, de Fernando França Van-Dunem, primeiro vice-presidente do Parlamento Pan-africano e de José Lamego, ex-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, entre os académicos intervenientes, estiveram, os representantes do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, e do presidente da Comissão da União Africana, Alpha Konaré, que falou sobre «O desenvolvimento sustentável em África e as relações afro-europeias».

Foram abordados temas como o «desenvolvimento sustentável em África e o relacionamento Afro-europeu», «as perspectivas das relações Europa-Africa», «fim dos conflitos armados e a estabilidade no continente africano», «o processo de integração africana», «as políticas culturais nas estratégias de reintegração». Foram convidados representantes da União Africana e Europeia, Elisabeth Tankeu, Comissária da União Africana para o Comércio e Indústria e José Pinto Teixeira, Chefe da Unidade Pan-Africana e dos assuntos geográficos horizontais, ilustres académicos africanos, que trabalham em universidades europeias.

Destaca-se ainda, a presença dos cientistas políticos Mwayila Tshiyembé e Mbuyi Kabunda,



França Van-Dunem, 1º Vice-Presidente do Parlamento Africano

«A congregação de esforços, coordenação de acções, juntando sinergias e interagindo de forma significativa com outros participantes e outras regiões, da comunidade internacional, com os quais se pode estabelecer parcerias profícuas, multidisciplinares e duradouras, constituem aspectos decisivos que contribuirão para uma saída airosa da preocupante realidade», disse.

O embaixador, sublinhou ainda, que África pode vir a registar segundo estimativas da OCDE um crescimento de 5% em 2006 e de 5,7 em 2007. «O continente está vivo e, o seu encontro com o desenvolvimento, será inevitável» disse, opinando que, tudo deve ser feito sem que se hipotéquem as raízes, identidades e especificidades... traços marcantes das nossas ricas culturas.



Aicha Diallo, directora da UNESCO para a educação

A UA, de acordo com o embaixador, nos seus inúmeros programas, encoraja os estados à redução do défice qualitativo e quantitativo em termos de recursos humanos, zelando pelos esforços suplementares no domínio da formação profissional, técnica e científica, dos quadros africanos.

Na abertura do colóquio, o secretário de Estado dos Negócios e da Cooperação português, João Gomes Cravinho, afirmou que «o desenvolvimento de África é também do interesse de todos os parceiros do mundo» e defendeu que a parceria deve ser «de confiança mútua e não de paternalismos».

Neste sentido, Cravinho referiu que esta é a orientação da política de cooperação portuguesa e que o sucesso no desenvolvimento de África «depende da qualidade dessas parcerias». No entanto, ressaltou que os países africanos também devem criar «um clima favorável ao investimento», condição essencial para cumprir os Objectivos do Milénio, definidos em 2000 pela ONU, nomeadamente a redução da pobreza para metade, até 2015.



À esquerda, Embaixador de Moçambique em Portugal

O passado não é importante

O 1º vice-presidente do parlamento africano, Fernando França Van-Dunem, fez uma longa dissertação pela luta panafricanista, na qual destacou o papel importante desempenhado pela Organização de Unidade Africana (OUA).

«Ao invés de muitos estarem preocupados em julgar a história, o mais importante é tirar o continente da situação difícil em que se encontra», disse. Ao fazer uma comparação entre a Organização de Unidade Africana (OUA) e a União Africana (UA), considerou que a missão histórica que passou pelas lutas para a independência e erradicação da segregação racial no continente, foi plenamente cumprida, reservando a mais recente organização, a tarefa do desenvolvimento técnico-científico e



João Cravinho



Da esquerda para a direita: Luís Kandjimbo, Mbuyi Kabunda, Assunção dos Anjos, Mwatha Ngalasso, M. Tshiyemba e A. Mixinge

sócio-económico de que o continente necessita, com urgência, nesta fase da globalização. Estas tarefas, acrescentou, constam dos objectivos a que a UA se propôs implementar sendo, no entanto, para isso imprescindível o esforço e dedicação de todos os africanos, incluindo os que se encontram no exterior.



Correia Mendes e Vitor Ramalho com o decano do Grupo Africano de Embaixadores em Lisboa

Modelo do Estado de direito deve ser adaptado ao continente.

Segundo Mwaila Tshiyembé, professor em duas universidades de França, o modelo de Estado de direito associado ao conceito de Nação deve ser adaptado à realidade do continente africano, onde a maioria dos países tem vários povos, línguas e religiões, defendeu o especialista, em assuntos africanos. Considerando que o actual modelo de Estado de direito «não é aplicável» o professor acrescentou «É preciso redefinir a partilha de poder de Estado em países onde há várias etnias, várias línguas e várias religiões, medida essencial em situações de pós-conflito em que uma paz duradoura só é possível com o acordo de toda a sociedade»



Jaime Gama, Presidente da Assembleia da República portuguesa

Quanto às causas, autores e objectivos dos conflitos em África, o professor considera que muitos são, erradamente, classificados como “conflitos étnicos”, justificando que em nenhum caso se assiste a tentativas de tomada do poder do Estado por parte de líderes tradicionais.

O objectivo dos conflitos, são a luta pelo poder do Estado e pelas vantagens materiais a ele associadas, os meios utilizados são armas compradas no exterior, disse, insistindo «não são os chefes tradicionais que chegam ao poder nem são eles que compram as armas».

Segundo Tshiyembé, o continente africano enfrenta ainda outro desafio que é o da paz regional, especialmente na região dos Grandes Lagos. Por seu lado, a directora para a Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Aicha Bah Diallo, defendeu que “o desenvolvimento de um país depende da qualidade do ensino”. Como , 40 milhões de crianças no mundo, a maioria em África, não têm acesso à escola e no continente africano, o número de livros é de um para sete crianças. Apontou, como principais apostas

Recepção oficial oferecida pelo Grupo Africano de Embaixadores acreditados em Lisboa na Quinta dos Cedros, em Sintra, a 25 de Maio



D. Deolinda no momento da Kizomba



O Embaixador de Angola e a Embaixadora da África do Sul



À direita, Gervásio Viana, Presidente da Casa de Angola em Lisboa e convidados

História sobre o dia de África

O Dia de África (Dia da Libertação de África) foi instituído pelas Nações Unidas, e assinala a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), actualmente União Africana (UA), a 25 de Maio de 1963, em Addis Abeba, Etiópia. A OUA, tinha como principais objectivos, eliminar os últimos vestígios de colonialismo e “apartheid”, reforçar a unidade e solidariedade dos países africanos e coordenar e intensificar a cooperação a favor do desenvolvimento.

Em 2002, em Durban, 53 países criaram a

União Africana. A nova organização promove uma boa governação, transparência, resolução de conflitos armados e estabilidade democrática, como pré requisitos para a prosperidade. Promove também, a legitimidade das instituições democráticas, edificação de sociedades inclusivas e o respeito pelo Estado de direito, bem como dedica especial atenção aos problemas relativos à paz e à segurança, recomenda a preservação do património cultural e a valorização da cultura, como fundamento de desenvolvimento

duradouro. Encoraja, a implementação de programação que vise reduzir o défice qualitativo e quantitativo em recursos humanos, fazendo apelo a esforços suplementares no domínio da formação profissional, técnica e científica dos quadros africanos, mobilizando as capacidades do continente, bem como os apoios internacionais, para a erradicação das pandemias mais graves e, no domínio especificamente económico, supervisiona a nova parceria para o desenvolvimento africano – NEPAD.

MWANGOLÉ

da UNESCO, a «formação de formadores para promover a qualidade do ensino e a luta contra o HIV-SIDA», que está a comprometer as gerações futuras.

A Comissária para o Comércio e Indústria da União Africana (UA), Elizabeth Tankeu, defendeu que os continentes africano e europeu são aliados naturais e complementam-se, pelo que, o aprofundamento das relações com a União Europeia (UE), é fundamental.

«África e Europa são aliados naturais, porque África é o prolongamento da Europa do ponto de vista geográfico e, apesar de muitas coisas nos separarem, estes dois continentes estão feitos, para se complementarem. Não devemos ter vergonha do passado comum e devemos

assumi-lo com responsabilidade», sublinhou, lembrando que África fala todas as línguas da Europa e que, todas as instituições africanas se inspiraram, no modelo europeu.

“A UA assume hoje em dia estas relações e impõe-se na actualidade como um parceiro para a UE”, salientou a comissária africana.

As declarações da comissária africana foram feitas no âmbito do painel “O Desenvolvimento Sustentável em África e as Relações Afro-Europeias”, onde também participaram Artur Santos Silva, presidente da Associação Empresarial para a Inovação (COTEC), e José Manuel Pinto Teixeira, chefe da Unidade Pan-Africana, que representou Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, no colóquio.

José Manuel Pinto Teixeira sublinhou, por seu lado, que a UE “assumiu um compromisso ambicioso e decidiu fazer mais e melhor por África”, nomeadamente o “aumento da ajudas financeiras, a fundo perdido” para o continente, que serão aplicadas até 2010. Pinto Teixeira anunciou também a realização de um Fórum de Negócios Euro-África, que se deverá realizar no último trimestre do ano.

O colóquio foi encerrado pelo Presidente da Assembleia da República Portuguesa, Jaime Gama, que salientou os progressos registados em África, nomeadamente, o crescimento económico e a realização de eleições democráticas.

MWANGOLÉ

O Direito à Protecção Social dos Imigrantes



Nota: Neste artigo iremos esclarecer à população imigrante sobre os seus direitos e deveres perante a Segurança Social à luz da legislação em vigor, deixando no final uma lista de contactos dos serviços competentes para esclarecimentos de questões personalizadas.

I - Um estudo da autoria do Observatório da Imigração publicado em 2005 concluiu que a protecção social da população imigrante em Portugal tanto em termos da segurança social como da saúde - está dentro dos melhores padrões internacionais. Não obstante, detectou uma lacuna grave no sistema em termos de segurança e de justiça, à protecção dos trabalhadores imigrantes que abandonam o país, para cujo sistema de segurança social contribuíram, sem terem cumprido os prazos de garantia do sistema providencial da segurança social.

Face a essa lacuna o estudo do Observatório propôs a constituição de um fundo autónomo que possa resolver o problema da segurança social num horizonte de justiça, a funcionar nos seguintes moldes: No momento do abandono do país, o trabalhador estrangeiro pode optar pela entrega do seu capital acumulado à instituição de Segurança Social do novo Estado de residência, que fará posteriormente o pagamento da pensão; ou optar pela permanência em capitalização, sendo restituído sob forma de prestação única de capital à idade de reforma ou prestações mensais. Heis a proposta do Observatório para a Imigração que poderá ser ou não regulamentada por lei.

Em nossa opinião a adopção dos sistemas vigentes na Holanda e na Alemanha para os estrangeiros seriam os mais justos, porquanto no momento do abandono do país o estrangeiro recebe antecipadamente a sua reforma em função do tempo de serviço prestado, e não deixa para a velhice ou eventual invalidez do imigrante o pagamento da pensão, conhecidas que são as dificuldades burocráticas e dos mecanismos de pagamento ou transferências de valores para os diversos destinos do mundo.

II - Para que se possa reivindicar do direito ao pagamento da pensão é necessário estar inscrito em algum sistema de segurança social público ou privado. A inscrição dos trabalhadores na segurança social é vitalícia e determina:

- Vinculação ao sistema de segurança social,
- Atribuição do número de identificação de segurança social e da qualidade de beneficiário,
- A emissão de cartão de segurança social.

Quem deve efectuar a inscrição?

Cabe ao empregador efectuar a inscrição dos trabalhadores que iniciem a actividade ao seu serviço, a qual produz efeitos desde o dia 1 do mês em que essa actividade se inicia.

O empregador é obrigado a comunicar a admissão de novos trabalhadores à segurança social e a entregar uma declaração, aos novos trabalhadores, onde conste a data da respectiva admissão.

- Os trabalhadores que iniciem uma actividade por conta própria estão obrigados a promover o seu enquadramento neste regime e / ou a sua inscrição na segurança social, caso ainda não estejam inscritos.

III - Contribuições para a Segurança Social

(Trabalhadores por conta de outrem e montante das contribuições):

- As contribuições relativas à generalidade dos trabalhadores por conta de outrem são calculadas

pela aplicação de uma taxa global de 34,75% sobre as retribuições pagas, ficando:

11% a cargo do beneficiário/trabalhador, e 23,75% a cargo do empregador.

As contribuições devidas pelos trabalhadores são descontadas nas respectivas retribuições e pagas pelo empregador.

No caso de trabalhadores do serviço doméstico as contribuições são calculadas pela aplicação da taxa contributiva global de 26,7%, sendo:

17,4% a cargo do empregador, e 9,3% a cargo do trabalhador.

Pagamento das contribuições à Segurança Social

O pagamento das contribuições respeitantes aos trabalhadores por conta de outrem é da responsabilidade do respectivo empregador e deve ser efectuado mensalmente, de 1 a 15 do mês seguinte àquele a que diz respeito.

Destino das prestações sociais

As prestações sociais, atribuídas como direitos no âmbito do sistema público de segurança social, destina-se a proteger os trabalhadores, as famílias e as pessoas em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência.

Estas prestações são concedidas nas situações de encargos familiares, doença, maternidade, paternidade e adopção, desemprego, doenças profissionais, invalidez, velhice e morte e ainda nas situações de deficiência, dependência e carência económica e social.

- Quem está abrangido?

Estão abrangidos pela protecção nos encargos familiares, os cidadãos nacionais e estrangeiros refugiados e apátridas, residentes em território nacional ou em situação equiparada.

Desemprego:

As prestações de desemprego são atribuídas em substituição dos rendimentos de trabalho perdidos pelo beneficiário, por motivo de desemprego involuntário. Quem está abrangido: Os beneficiários do regime geral da segurança social, dos trabalhadores por conta de outrem, vinculados por contrato de trabalho, ainda que sujeitos à legislação especial.

Doença:

As prestações de doença destinam-se a substituir os rendimentos de trabalho perdidos pelo beneficiário, por motivo de incapacidade temporária para o trabalho. Estão abrangidos os beneficiários do regime geral da segurança social, trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores independentes.

Doenças profissionais:

Estas prestações destinam-se a assegurar a reparação de doença constante da lista das doenças profissionais, contraída por um trabalhador em virtude da exposição ao risco da actividade profissional, ou das condições, ambiente e técnicas do trabalho habitual.

Direitos de Maternidade, Paternidade e Adopção:

Maternidade: à mãe beneficiária, durante a licença de maternidade 120 dias (90 dos quais gozados a seguir ao parto). A licença pode ser de 150 dias, por opção da mãe, sendo o período acrescido gozado depois do parto.

Paternidade: 5 dias de licença de paternidade ao pai beneficiário, a gozar nos 30 dias a seguir ao nascimento de filho, ou durante o período em que o pai substitua a mãe para acompanhar o recém-nascido por incapacidade ou morte da mãe ou por decisão conjunta de ambos.

Adopção: aos beneficiários, no caso de adopção de crianças menores de 15 anos, durante os 100 dias, imediatamente posteriores à confiança.

Faltas especiais dos Avós: aos avós beneficiários durante 30 dias em caso de nascimento de netos, que sejam filhos de menores de 16 anos e que com aqueles vivam em comunhão de mesa e habitação.

Riscos especiais: à beneficiária grávida, puérpera ou lactente, no caso de riscos específicos, relacionados com as condições de trabalho, durante o período necessário para evitar a exposição aos riscos.

Assistência a deficientes profundos e doentes crónicos: aos beneficiários por motivo de impedimento para o trabalho para acompanhamento de filho, adoptado ou enteado deficiente profundo ou doente crónico, com 12 anos ou menos, que com eles resida e esteja integrado no respectivo agregado familiar. Duração: 6 meses prorrogáveis até ao limite de 4 anos, nos 1.ºs 12 anos de idade.

IV - Prestações em espécie

- Assistência médica e cirúrgica incluindo elementos de diagnóstico e de tratamento e visitas domiciliárias,

- Assistência medicamentosa e farmacêutica,

- Enfermagem, hospitalização e tratamentos termais,

- fornecimento de próteses e ortóteses, bem como a sua renovação e reparação,

- Serviços de recuperação e reabilitação profissional ou formação profissional,

- Reembolso de despesas de deslocação, alimentação e alojamento necessários ao restabelecimento do estado de saúde do beneficiário.

Prestações em dinheiro

- Indeminização por incapacidade temporária absoluta ou parcial para o trabalho,

- Pensão provisória,

- Pensões por incapacidade permanente, calculadas em função do grau e do tipo de incapacidade,

- Subsídios por morte e por despesas de funeral,

- Pensões por morte,

- Prestações adicionais nos meses de Julho e Dezembro

-Subsídio para frequência de cursos de formação profissional.

Invalidez

A pensão por invalidez destina-se a substituir a retribuição perdida pelo beneficiário nas situações de incapacidade permanente para o trabalho.

V - Prazos de garantia para atribuição de prestações no regime geral de segurança social

Pensão de invalidez - 5 anos civis seguidos ou interpolados com registo de remuneração,

Pensão de velhice - 15 anos civis seguidos ou interpolados com registo de remuneração,

Pensão de sobrevivência - 36 meses com registo de remunerações.

Subsídio de desemprego - 540 dias com registo de remunerações, nos 24 meses, imediatamente anteriores à data do desemprego. Porém no âmbito das medidas temporárias de protecção social (PEPS) DL 84/03 este prazo é de 270 dias de trabalho com registo de remunerações, no período de 12 meses imediatamente à data do desemprego.

Subsídio de doença - 6 meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações. Para atribuição deste subsídio é ainda exigido o índice de profissionalidade que corresponde a 20 dias nos 4 meses imediatamente anteriores ao mês que antecede o da data do início da incapacidade.

Subsídio de maternidade; de paternidade; de adopção; de assistência a deficiente profundo; de riscos especiais; subsídio por faltas especiais dos avós - 6 meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações à data do facto que determina à concessão das prestações.

Velhice: A pensão por velhice é atribuída após o beneficiário ter atingido a idade mínima legalmente exigida, que é de 65 anos e com o prazo de garantia exigida (15 anos civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações).

Pensão por morte: esta pensão tem por objectivo proteger a família do beneficiário por morte deste. Subsídio por morte, é concedido aos familiares do beneficiário falecido, referidos para a pensão de sobrevivência e na ausência destes, aos ascendentes.

Pensão de sobrevivência: é concedida aos familiares do beneficiário falecido, se este tiver preenchido o prazo de garantia estabelecido: beneficia o cônjuge e ex-cônjuges; pessoa que vivia há mais de 2 anos em situação idêntica à dos conjuges, com o falecido; descendentes, incluindo nascituros e os adoptados plenamente; ascendentes a cargo do beneficiário falecido, se não existirem conjuge, ex-conjuge e descendentes com direito à mesma pensão.

Situações de deficiência: Estas prestações destinam-se a proteger as situações de deficiência. Quem está abrangido: Crianças e jovens portadores de deficiência.

VI - Coordenação Internacional de Regimes de Segurança Social

Portugal encontra-se vinculado a 41 Estados através de convenções bilaterais e outros instru-

mentos internacionais de segurança social, com especial destaque para os regulamentos comunitários de segurança social.

Encontra-se em fase adiantada de negociação acordos com Angola (Convenção e acordo administrativo) em matéria da segurança social.

Às pessoas abrangidas, que trabalhem, residam, ou se desloquem na área territorial dos instrumentos internacionais de segurança social, pode ser garantido o direito à:

- Igualdade de tratamento face aos nacionais desses países,

- Atribuição de prestações decorrentes dos regimes de segurança social para que se encontram a contribuir ou contribuíram,

- exportação de prestações a que já tenham direito,

- Totalização dos períodos contributivos para constituir direito a uma prestação de outro país.

VII - Realidade dos Estrangeiros na Segurança Social Portuguesa

No final de 2002, encontravam-se inscritos na segurança social quase 355 mil beneficiários activos estrangeiros. As maiores comunidades imigrantes são as originárias dos PALOPS e do Brasil representando, respectivamente 27,7% e 16,8% do total.

As contribuições e quotizações em 2001 foram de 9.570.3 milhões de euros. Deste total 441 milhões de euros são da responsabilidade dos trabalhadores imigrantes o que representou 4,6%. Estima-se que 50,4% das contribuições pagas à segurança social são de estrangeiros originários de estados com os quais Portugal não mantém convenções internacionais ou acordos bilaterais - (dados do Observatório da Imigração - 2005).

Em síntese é de reconhecer que o país que nos acolhe apresenta um elevado grau de protecção social, devendo os imigrantes terem a noção dos direitos e deveres que lhes dizem respeito. Por Lei n.º 32/02 de 20/12 - art.º 2.º é estabelecido que "Todos têm direito à segurança social. O direito à segurança social é efectivado e exercido nos termos previstos na Constituição e nos Instrumentos Internacionais aplicáveis".

VIII - Lista de Contactos dos Serviços Competentes para Esclarecimentos de Questões Personalizadas

AVEIRO

Centro Distrital da Segurança Social
Rua Dr Alberto Soares Machado
3804-504 AVEIRO
Tef. / Fax: 234 401 600 / 234 401 613

BRAGA

Centro Distrital da Segurança Social
Praça da Justiça - 471-505 BRAGA
Tef. / Fax: 253 613 080 / 253 613 090

COIMBRA

Centro Distrital da Segurança Social
Rua Abel Dias Urbano n.º 2 r/c
3004-519 COIMBRA
Tef. / Fax: 239 410 700 / 239 410 701
E-mail: cdscoimbra@seg-social.pt

ÉVORA

Centro Distrital da Segurança Social
Rua Chafariz D'El Rei, 22
7005-323 ÉVORA
Tef. / Fax: 266 760 300 - 266 760 334

FARO

Centro Distrital da Segurança Social
Rua Pintor Carlos Porfírio, 35
8000-241 FARO
Tef. / Fax: 289 891 400 / 289 891 379

LISBOA

Centro Distrital da Segurança Social
Av. Afonso Costa n.º 6/8 - 7.º
1900-034 LISBOA
Tef: 218 424 200
E-mail: cdslisboa@seg-social.pt

PORTO

Centro Distrital da Segurança Social
Rua das Doze Casas, 165 - 4000-195 Porto
Tef/Fax: 220 908 100 / 220908813
E-mail: cdsporto@seg-social.pt

MWANGOLÉ

ISAAC PAULO

Advogado Angolano em Portugal,
ex-conselheiro do Alto-Comissariado para a Imigração.



CASA DE ANGOLA DA
REGIÃO DO MINHO

Casa de Angola em Braga

Gisela Lopes e Terezinha Mesquita, presidente e vice-presidente e Eugénio Silva presidente da Mesa da Assembleia da Casa de Angola em Braga, desde 2003, foram sempre solícitos, ao receber, a equipa do Mwangolé.



Membros da direcção da Casa de Angola em Braga

Eugénio Silva, o docente universitário, pai de família e dirigente associativo aguardava-nos à saída do comboio. Foi o primeiro dos nossos guias por terras nortenhas. Este angolano que ao abrigo de protocolos de cooperação entre a universidade Agostinho Neto e a Universidade do Minho fez o seu doutoramento em administração da educação, e foi convidado a dar aulas na Universidade do Minho, apesar de se sentir profissionalmente dignificado diz estar a preparar-se para regressar, «é um bom começo de carreira para negociar um estatuto com uma universidade angolana e dar o meu contributo na educação em Angola» sublinha.

Apesar de terem os seus empregos, dedicam muito do seu tempo à Casa de Angola onde deverão permanecer até 2007, altura em que se fará a abertura do período eleitoral para admissão de listas de candidatos e programas, para eleger uma nova direcção.

Porém, na última eleição, só apareceu uma lista, daí a preocupação, em dar a conhecer a Casa de Angola e fomentar a participação dos angolanos, nas suas actividades. «Temos convidado os jovens a aparecer e a se envolverem neste projecto» refere Gisela, acrescentando que gostaria de ver na direcção, jovens que tenham uma ligação afectiva a Angola e que desenvolvam na associação os aspectos culturais, já que a cultura é dinâmica, e os aspectos surgidos durante os anos da guerra civil principalmente em Luanda e em outros centros urbanos de Angola, é desconhecida para ela, que nasceu em Angola, mas apesar de lá ter nascido, nunca mais voltou.

«O que a Caritas envia, é em função da informação dada pela Casa de Angola. Além disso, a comunidade angolana no norte, é cada vez mais reduzida»



O Natal é sempre festejado com crianças angolanas.

Os estudantes são, entre os angolanos, os que mais recorrem a este tipo de ajuda, mas, apesar da necessidade, alguns por vaidade, dificilmente optam pelo vestuário ou sapatos doados.

As datas de comemorações nacionais, que são dias importantes para a comunidade angolana, são sempre comemoradas e tem-se tentado, paralelamente, ter actividades em colaboração com outras associações da região, que não têm, necessariamente, a ver com Angola, mas que são associações de solidariedade, porque a Casa pertence à Rede Social da Freguesia de São Victor. «Participamos em peditórios. O primeiro que fizemos, foi para Angola. Na altura do Natal, fizemos também, para as comunidades carenciadas de toda a região norte».

A par disso, a Casa de Angola, também participa em actividades multiculturais; «Desde a realização da festa dos povos, têm surgido muitas iniciativas relacionadas com a multiculturalidade» que promovem a convivência entre as diferentes culturas daqui da região e aí expomos o nosso artesanato, às vezes, participamos apresentando pratos típicos angolanos etc.» diz Gisela.

Por outro lado, segundo a presidente, existe no norte uma comunidade que esteve em Angola e demonstra vontade de recordar e aprender coisas da cultura angolana «procuram muito livros relacionados com dialectos, há muitos portugueses nascidos em Angola e outros que lá estiveram que estão sempre presentes nas nossas actividades» afirma Gisela Lopes que começou a frequentar e a trabalhar com a C. A em 2001, levada pela ex-presidente Rosa Lopes fundadora e actual tesoureira da C.A.

A Associação tem cerca de 170 sócios dos quais mais de 50% já regressaram à pátria ou não aparecem e de acordo com os seus dirigentes, tem dificuldades em conseguir apoios para se dar a conhecer e também para promover e divulgar a cultura angolana.

Mas, com a participação de Angola no mundial, houve bons momentos de convívio entre angolanos «Tivemos aqui um ecrã gigante e veio muita gente, inclusive de Guimarães. Vibrámos todos

juntos» remata Terezinha, lamentando a falta de apoios para a realização de mais actividades recreativas, porque quando há «almoçadas e jantaradas», sobretudo de graça, o pessoal aparece. Como não se pode pagar cozinheiras, é Rosa Lopes, a própria tesoureira e fundadora da casa de Angola, que se encarrega de «dcolar o funge» e confeccionar as moambas.



Maria de Jesus, Cônsul de Angola no Porto e Elden Lobo (Lito) da Casa de Angola. As duas instituições têm colaborado



Gisela Lopes gostaria que a Associação prestasse tantos serviços culturais como presta a nível da solidariedade



Eugénio Silva quer voltar a dar aulas na universidade Agostinho Neto



A vice-presidente Terezinha Mesquita

Terezinha, vive há quase 30 anos em Portugal e há 18 em Braga, de onde é originário o pai. Também ela, sente saudade de uma cultura que não conhece bem «o que vivíamos, era a cultura portuguesa, embora eu fosse educada pela minha mãe que era angolana, mas o que prevalecia era a cultura portuguesa». Por isso, a vice-presidente apela, para que surjam mais apoios, em termos de informação. «Gostaríamos de ter aqui mais livros, revistas, jornais, mais informação actual sobre Angola».

MWANGOLÉ

Gisela, crê que mesmo em Angola, há raízes da cultura que são esquecidas. «Fazem parte da identidade dos angolanos, não devem ser descuradas. Nós, vemos actualmente em Portugal, um movimento, pela preservação das raízes, da cultura portuguesa». A presidente, sublinha que, presentemente, a C.A funciona sobretudo com fins sociais.

E, porque nos últimos anos, não tem havido notícia de famílias angolanas muito carenciadas, há apenas, alguns casos preocupantes, o apoio em alimentos, que a C.A. solicita à Caritas, tem sido distribuído mais a famílias de Cabo Verde, ou de outros países africanos.



Bráulio (animador voluntário) e Rosa Lopes (fundadora)

ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Doutor Eugénio Adolfo Alves Silva
Vice-Pres: Eng.º Joaquim Melo Henriques Macedo
1.º Secretário: Eng.ª Cláudia Marina Mateus Lopes
2.º Secretário: Filipe Carvalho Pinto Cruz

DIRECÇÃO:

Presidente: Gisela do Carmo Mateus Lopes
1.ª Secretária: Teresinha Ribeiro Mesquita
Tesoureira: Rosa Gertrudes de Sousa Mateus Lopes
Vogal: José Elden Araújo Lobo Júnior
(nota: a Presidente é substituída nas suas ausências e/ou impedimentos, pela 1.ª Secretária, Teresinha Mesquita)

CONSELHO FISCAL:

Presidente: Lic. Celina Fernanda Pinto Ferreira
Vogal: Alice de Jesus Varela
Vogal: Enf.ª Ana Maria Chilovo Morgado Veloso

Primeiro-ministro chinês visita Angola e concede um Crédito adicional de 2 bilhões de dólares

O Governo da República Popular da China, concedeu a Angola, através do Eximbank, um crédito adicional de dois bilhões de dólares, para o seu programa de reconstrução e desenvolvimento nacional.

O anúncio, foi feito pelo presidente do Eximbank, Yang Zilin, à saída de uma audiência com o primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Yang Zilin, disse que o encontro, em que também participou o ministro angolano das Finanças José Pedro de Morais, serviu, fundamentalmente, para uma troca de impressões, acerca da participação chinesa nos esforços de reconstrução de Angola. Os governos de Angola e da China, assinaram no final das conversações oficiais entre delegações dos dois países, lideradas pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e pelo primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, no âmbito da visita oficial de 24 horas deste a Angola, vários acordos destinados ao reforço da cooperação bilateral, entre os quais um Memorando de Entendimento sobre a concessão de um Crédito Adicional.

Em Março de 2004, recorde-se, as autoridades chinesas, através do Eximbank, concederam um crédito a Angola, no valor de 2,4 bilhões de dólares que, em grande medida, veio impulsionar o programa de reconstrução nacional.



Telecomunicações e Pescas, entram na cooperação chinesa

Sete acordos individuais de financiamento para as áreas de Telecomunicações e Pescas foram assinados nas conversações entre os governos angolano e chinês, no âmbito do memorando de entendimento sobre a concessão do crédito adicional a Angola, de mais dois bilhões de dólares. Ao divulgar o acordo, no aeroporto inter-

nacional "4 de Fevereiro" no final da visita do primeiro ministro chinês a Angola, o ministro das Finanças, José Pedro de Morais, disse que as Telecomunicações e Pescas não tinham sido abrangidas, pela cooperação estratégica com a China. "A partir de agora passamos a ter a cooperação chinesa nestes importantes sectores. É apenas o primeiro passo, para avançar mais rapidamente", disse. José Pedro de Morais, referiu que outros projectos, serão financiados, com a entrada do crédito adicional. "A ideia estratégica do Governo, é reequipar o país e restabelecer todos os serviços de infra-estruturas, para permitir que a nossa economia possa funcionar sem constrangimentos". Sobre o primeiro financiamento de dois bilhões, disse: «O primeiro bilhão está todo contratualizado e com projectos em curso. O segundo, está com projectos, em fase de implementação».

Em Luanda, o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, sublinhou o interesse da China em reforçar a amizade e o conhecimento mútuo. Ao discursar na abertura das conversações entre as delegações ao mais alto nível de ambos países, o ministro chinês, disse existir amizade e uma cooperação estreita, entre a China e Angola, desde a luta de libertação nacional do Povo angolano, e acrescentou que, nos últimos 23 anos, desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, e "apesar de grandes mudanças no cenário internacional, o relacionamento sino-angolano, nunca mudou".

Por seu turno, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, realçou a importância das relações de cooperação com a China, dizendo que, estão assentes no respeito mútuo e na plena consciência dos interesses dos respectivos povos. Foram construídas e consolidadas ao longo de muito tempo, com "realismo e pragmatismo", através da tomada de posições claras e inequívocas em relação aos problemas mais candentes, vividos pelos dois países e por uma visão coincidente, dos problemas internacionais.

Acrescentou ainda, que os laços que unem os dois países, podem ser ainda considerados exemplares, porquanto não visam apenas

o desenvolvimento interno de cada um e o bem-estar das populações, mas pretendem também promover a paz e a estabilidade internacionais. "No contexto da globalização, são valores como o diálogo e a compreensão mútua, baseada no espírito da equidade e da consolidação de interesses, que constituem a forma mais adequada para a promoção e preservação da paz e para o equilíbrio nas relações internacionais» sublinhou José Eduardo dos Santos, louvando a política africana da República Popular da China que, tendo em conta a realidade do continente, tem estado a adoptar posições consentâneas com as expectativas de desenvolvimento dos países de África, concedendo-lhes ajuda, estabelecendo parcerias e promovendo uma cooperação reciprocamente vantajosa, não vinculadas a condições políticas prévias e desajustadas da realidade.

ENANA investe USD 400 milhões na reabilitação de aeroportos



A Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea (Enana) vai investir mais de 400 milhões de dólares na reabilitação de todos os aeroportos do país, disse em Luanda, o presidente do conselho de administração, Jorge de Mello.

Jorge de Mello avançou tais dados na sequência da visita que deputados da 5ª Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional efectuaram hoje ao Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, onde constataram "in loco" o nível organizacional e funcional do terminal de cargas.

"A Enana tem um plano estratégico de desenvolvimento de todos os aeroportos do país nomeadamente nas suas áreas operacionais como as pistas, parques de estacionamento, edifícios de passageiros, sistemas de comunicações e de rádio ajuda à navegação aérea", disse.

Segundo o gestor, neste momento, o Aeroporto Internacional está a beneficiar de obras de melhorias com vista a torná-lo mais cómodo e atraente aos passageiros e estão previstas a substituição dos tapetes rolantes, balanças e balcões da zona do "check in". Ainda de acordo com a fonte, até ao fim do presente ano deverão estar concluídas as obras de reabilitação dos terminais doméstico e de carga. O primeiro será ampliado e o segundo irá beneficiar de novos equipamentos.



FILDA 2006

Para a 23ª edição da Feira Internacional da Luanda (FILDA), de 26 a 30 de Julho, 22 países confirmaram a sua presença.

A Filda/2006 contou com a participação de pelo menos 657 empresas de 22 países, com destaque para Portugal, Brasil, Espanha, Alemanha, Rússia, EUA, Ghana, Países Baixos, Moçambique, África do Sul, Namíbia e China.

Segundo o administrador judicial da empresa, Matos Cardoso, pela primeira vez os Estados Unidos e a Rússia participaram oficialmente, com 80 e 118 Empresas, respectivamente. O Brasil, também reforçou o número de empresas presentes neste evento. No total estiveram presentes 340 firmas nacionais e 317 estrangeiras.

Este ano, houve um grande investimento das empresas em publicidade, em pessoal e na qualidade dos seus espaços, estando em áreas separadas as actividades inscritas nomeadamente: petróleo, alimentação, bancos, minas, turismo, indústria, seguros, telecomunicações, construção civil, tecnologias de informação, vestuário, calçado e imobiliário.

A Filda, é um certame anual, de natureza comercial, que abrange empresas de todos os sectores de actividade, com dimensão internacional e um dos mais importantes em Angola que comporta uma área de 21 mil metros quadrados. Em 2004 o lucro foi de um milhão e 700 mil dólares e no ano seguinte (2005) a cifra foi de três milhões e 300 mil dólares.

Para este ano a previsão é de cerca de 6 milhões de dólares em receitas de exploração de espaços.

A gestão da Filda, passou em 2004, para um administrador judicial, em consequência de vários desentendimentos entre os seus sócios, que acusam o presidente da Associação Industrial Angolana (AIA), José Severino, de ter uma gestão pouco transparente e usurpação de poderes na direcção da Expo-Angola, nos últimos cinco anos de exercício financeiro.

A AIA, detém cerca de 79% do capital social da Expo-Angola, cabendo os restantes 21 por cento a outros sócios, entre os quais, a Associação Comercial e Industrial Angolana (ACOMIL), Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA), Associação das Mulheres Empresárias de Luanda (ACOMEL) e Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola. Contrariamente ao previsto, este ano, só serão realizadas nove das 13 feiras agendadas devido aos constrangimentos causados pelo bloqueio das contas da Expo-Angola, por decisão judicial, fruto da acção judicial interposta pela AIA.



Durante o Mundial, a Alemanha aumentou a linha de crédito para Angola

Durante a participação de Angola no mundial de futebol, a Alemanha, aumentou de 100 para 150 milhões de dólares, a linha de crédito para as suas empresas exportarem para Angola, em função dos avanços macro-económicos, que o país está a registar.

O facto, anunciado em Hannover (Alemanha), pelo representante do Ministério da Economia e Tecnologia alemão Jens Knoll, visa aumentar o volume de exportações, que no ano passado, se cifraram em 116 milhões de euros, um crescimento de mais de 100%, em relação ao período anterior, (2004). Falando no fórum, sobre oportunidades de investimento em Angola, no âmbito da participação deste país no Mundial de Futebol, o representante alemão disse, que Angola sempre honrou os seus compromissos, para com a Alemanha. Apesar do anunciado aumento da linha de crédito, na ordem dos 50%, o ministro-adjunto do primeiro-ministro e coordenador da equipa económica de Angola, Aguinaldo Jaime, afirmou que o montante ainda é baixo, em função das necessidades do país.

Banco Mundial, faz inquérito a 550 empresas angolana.

Quinhentas e cinquenta empresas, de diversos sectores do país, serão inquiridas de 30 de Junho a Setembro deste ano, pelo Centro de Estudos Económicos (CEE) do Canadá, a pedido do Banco Mundial (BM).

Ao prestar a informação em Luanda, o chefe da missão do CEE, Martin Coiteux, informou que o inquérito tem como objectivos, conhecer os principais obstáculos existentes para o desenvolvimento do sector privado e identificar as políticas necessárias, com vista à promoção de uma maior competitividade do país.

Os inquiridores, estão a ser formados pelo CEE, e as empresas serão seleccionadas aleatoriamente em Luanda, Benguela e Huambo. As informações obtidas, vão ser compiladas, com vista a ilustração qualitativa e quantitativa, não de cada empresa em particular, mas de cada um dos sectores das actividades económicas. A base de dados, a ser criada com o inquérito, irá constituir uma fonte de informação para o BM, e o executivo angolano. A CEE, vocacionada para a consultoria em economia aplicada e em análise económica, existe há 25 anos e realizou, desde Setembro de 2005, inquéritos em países como: Burkina Faso, Botswana, Camarões, Guiné-Bissau, Ganda, Niger, Malawi e Uganda. A Namíbia, Nigéria e Swazilândia serão inquiridas agora, tal como Angola. ■

Standard Bank em Angola

O banco sul-africano "Standard Bank", uma das maiores instituições financeiras do continente, entrou em Angola, procurando tirar partido das perspectivas de crescimento da economia e do mercado bancário em particular.

Através da filial Stanbic Africa, o Standard Bank abriu seu escritório de representação em Luanda segundo informação divulgada em Joanesburgo. "Vamos expandir as nossas operações em Angola, com base na oportunidade de mercado e na procura que se regista por parte dos consumidores", afirmou Craig Bond, director-geral do Stanbic Africa. A economia angolana, cresceu 15,7% no ano passado e, segundo o Fundo Monetário Internacional, deverá expandir-se anualmente 13%, em média, nos próximos cinco anos.

O país, tem em curso importantes investimentos na construção e reabilitação de infra-estruturas, grande parte das quais financiadas pela China.

O mercado bancário angolano é actualmente dominado pelo Banco Fomento de Angola (BFA), do grupo português BPI e pelo Banco de Poupança e Crédito. Além do BFA, que no ano passado alcançou a liderança entre as institui-



ções bancárias credoras em Angola, actuam no país o Banco Espírito Santo e o Totta, que recentemente estabeleceu uma parceria com o grupo público português Caixa Geral de Depósitos, para investirem até 100 milhões de euros na expansão de uma rede conjunta no país.

O maior banco privado português, Millennium Bcp, está a iniciar o seu processo de expansão, tal como o BIC, participado pelo empresário português Américo Amorim. O Standard Bank é um dos maiores bancos de Moçambique e foi recentemente considerado o mais rentável neste país, num estudo da consultora KPMG. ■

Sonangol e Cabgoc, iniciam produção de petróleo do bloco 14



A Sonangol E.P e a Cabinda Gulf Oil Company Limited (Cabgoc), anunciaram o início da produção de petróleo, a partir do campo petrolífero Lobito, em águas profundas do bloco 14, situada em Angola.

Os campos Benguela, Belize, Lobito e Tomboco, constituem o projecto de desenvolvimento do BBLT, um dos 5 maiores projectos da Chevron.

A fase 2, Lobito-Tomboco, envolve a construção e instalação de equipamento submarino, em

três centros, com a capacidade de servir nove poços submarinos, ligados à plataforma de produção e sondagem Benguela-Belize, uma torre de pilares flexíveis (CPT). A Cabinda Gulf Oil Company Limited (31%), é o operador do grupo empreiteiro do bloco 14, que compreende as seguintes companhias: Sonangol Pesquisa e Produção, sarl (20%), Eni Angola Exploration b.v (20%), Total EP Angola (20%) e Galp-exploração e produção (9%). ■



Angola contribuirá para o aumento da oferta mundial de petróleo

Angola já é o segundo maior produtor de petróleo da África sub-Saariana, e será o produtor extra-OPEP, que mais vai contribuir para o aumento da oferta mundial de petróleo até 2010, numa lista de cinco países, feita pelo Deutsch Bank.

A lista, que inclui também o Brasil faz parte de um relatório do economista-chefe do banco alemão para o sector da energia, Adam Sieminski.

A contribuição média anual de Angola para o aumento da oferta, nos próximos quatro anos, será numa previsão de 1,25 milhões de barris diários.

A Rússia, contribuirá com 1,02 milhões de barris ano e o Cazaquistão e Azerbeijão com 940 mil barris e 890 mil barris, respectivamente. Para o Brasil, é esperado um aumento de produção na ordem de 830 mil barris, enquanto o

Canadá deverá contribuir com 640 mil barris. Em termos percentuais, os maiores aumentos deverão registar-se no Azerbeijão, 25,3%, Angola, 15%, e Cazaquistão, 11,7%. De acordo com o relatório, o aumento da produção destes países, que não pertencem à Organização de Países Exportadores de Petróleo, vai compensar quebras esperadas nos Estados Unidos, México, Noruega e Reino Unido. O aumento da produção nos países extra-OPEP, deverá crescer 11 vezes este ano, para 1,1 milhões de barris, o mesmo nível registado em 2004. Para Adam Sieminski, "o crescimento da produção extra-OPEP tem sido uma montanha russa e parece continuar a ser volátil". «Em 2010, o crescimento da produção pode vir a afundar-se novamente, com o esgotamento de reservas no Mar do Norte, América do Norte e noutros pontos», adianta. ■

Prémios da ENSA ascendem a 180 milhões de USD

A carteira de prémios da Empresa Nacional de Seguros de Angola (ENSA) atingiu, durante o ano económico de 2005, os 180 milhões de dólares americanos, contra os 138 milhões arrecadados em 2004, disse em Luanda, o seu administrador delegado, Bernardo Macombe.

Falando à imprensa, a margem da sessão de encerramento do seminário sobre "O Seguro de Riscos da Aviação", Macombe frisou que, o incremento da carteira de prémios de seguros se deveu também à transformação do seguro automóvel num dos ramos mais lucrativos da instituição, por ter registado um crescimento, em 2004, na ordem dos 300%. Desde a sua fundação em 1978, a Empresa Nacional de Seguros de Angola (ENSA) já pagou sinistros em perdas totais no valor de 100 milhões de dólares para o sector da aviação civil do país, disse a directora de riscos de aviação da seguradora, Helena Francisco. Como sublinhou no primeiro semestre de 2006, a carteira de prémios está já acima dos 50% do valor projectado ou planeado. Disse estarem em curso vários projectos para manter a ENSA na liderança do mercado de seguros no país. ■

FMI, elogia gestão fiscal em Angola

A missão do FMI, que prepara um relatório sobre transparência na gestão fiscal e tributária no mundo, a divulgar em Setembro, manteve em Angola encontros com responsáveis governamentais da área das Finanças, do Planeamento e da Administração Pública. O Banco Nacional de Angola, o Tribunal de Contas, a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL) e a Empresa Nacional de Diamantes de Angola (ENDIAMA) foram outras instituições contactadas pela missão cujo chefe afirmou: «As autoridades angolana, estão fazendo o máximo esforço, para melhorar sua transparência fiscal e, regista-se mesmo um progresso satisfatório», destacando a introdução do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado. «As prioridades estão bem estabelecidas e existe um consenso no governo, sobre a necessidade de fazer todos os esforços, para combater a pobreza e também, para melhorar a gestão pública e o clima de investimento, num país com riqueza», acrescentou. ■

4 0 milhões, para projectos sociais



Espanha, estima aplicar em Angola, cerca de quarenta milhões de euros, durante quatro anos, para a materialização de projectos nos sectores da Saúde, Educação e Desenvolvimento Rural no âmbito da cooperação existente entre os dois países, informou em Luanda, o coordenador em exercício da Cooperação Espanhola em Angola, Alberto Quintana.

30 milhões de euros, serão financiados pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional e os restantes 10, concedidos por organismos locais, organizações não governamentais e comunidades autónomas.

Concentradas nas províncias de Luanda, Benguela, Huambo, Bié e Malanje, na área da Saúde, estão em curso acções para o fortalecimento do sistema público deste sector, na luta contra o HIV/SIDA, a formação de pessoal sanitário, o apoio ao Ministério da Saúde e à Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto.

Na Educação, Alberto Quintana, deu a conhecer projectos de alfabetização que estão em curso nas províncias do Huambo e de Malanje, bem como a subvenção de um milhão de euros, para a construção de uma gráfica, apoio à reforma educativa, ajuda na edificação de escolas e formação de professores. ■

No segundo ano de existência, o CINEPORT cumpre o seu destino de itinerância no mundo da língua portuguesa. A cidade de Lagos, no Algarve, acolheu uma grande festa promovida pela fundação cultural brasileira Homero Junqueira, em prol do cinema de países de língua portuguesa.

O II CINEPORT concedeu, cinco tipos de troféus: Andorinha, Andorinha Digital, Andorinha Técnica, Andorinha Criança e ainda o Troféu Leitão de Barros, que homenageou três cineastas com obra e carreira consolidadas, que se considerou merecedores de uma especial distinção: Camilo de Sousa (Moçambique), Fernando Lopes (Portugal) e Júlio Bressane (Brasil).

Angola, levou para casa dois troféus. Gita Cerveira recebeu uma andorinha técnica pelos seus trinta anos de carreira como sonoplasta e Dias Júnior uma andorinha digital, pelo documentário de curta metragem "Arte Narrativa".

Durante uma semana, foram exibidos mais de cem filmes, concertos, colóquios, teatro, exposições de fotografia, arte e gastronomia. A animação de rua fez parte do quotidiano dos habitantes de Lagos. Profissionais do cinema, da imprensa e representantes de entidades governamentais, organizações da sociedade civil, empresas, municípios e individualidades de reconhecido prestígio dos países de língua portuguesa, participaram do evento.



Lieve da Associação Moinho da juventude com a sua afilhada angolana Júlia

Mónica Botelho, presidente da Fundação, com sede na cidade brasileira de Cataguases é responsável pela criação do CINEPORT, festival de cinema dos países da CPLP, cujo objectivo é integrar o mercado cinematográfico e a promoção dos filmes realizados em português e em dialectos falados nas nações da CPLP. Houve, importantes momentos de debate sobre o futuro da cooperação cultural no espaço da Língua Portuguesa, nos quais se discutiram os novos mecanismos de cooperação cinematográfica e a criação de parcerias culturais, para o desenvolvimento.

Os KILANDUKILU



No dia 10 de Junho, dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas saiu à rua o espectáculo "Lusofolias". Cerca de 150 figuras de grupos de dança popular de Angola, Moçambique, Cabo Verde, e Guiné Bissau desfilarão, dançando e representando, nas ruas de Lagos.

Angola no Festival de Cinema dos países de língua portuguesa

Dois angolanos homenageados no Cineport



Waldemar Bastos

A segunda edição do CINEPORT teve como produtores, a Fundação Cultural Homero Junqueira Botelho, e a Organização Não Governamental ETNIA - Cultura e Desenvolvimento e a Câmara Municipal de Lagos. Para Mário Alves, representante da ETNIA, o festival pretende ser um acto de assumpção, da cidadania lusófona.

O festival, propõe-se cooperar no fortalecimento do sector audiovisual, nos países onde esta expressão cultural é menos desenvolvida, procurando abrir possibilidades de intercâmbio entre os profissionais do cinema e audiovisual e, na medida do possível, e em cooperação com os governos, incentivar uma legislação que incremente a co-produção e a parceria técnica entre os países membros da CPLP.

Para seleccionar as realizações e conceder o Troféu Andorinha na modalidade de 35mm, foi criada em 2004 a Confraria do Cinema, formada por profissionais da área, que actua nos países de língua oficial portuguesa. A Confraria, criada para servir como responsável pelas indicações dos filmes e profissionais concorrentes em cada ano, ao Troféu Andorinha no âmbito do CINEPORT tem, também, como objectivo, a sua transformação progressiva num fórum permanente do cinema e do audiovisual nos países de língua oficial portuguesa. A Confraria do Cinema tem, neste momento, os seus núcleos activos em Angola, no Brasil, em Moçambique e em Portugal.

O encerramento do II CINEPORT em noite de gala, no Centro Cultural de Lagos, foi todo da longa-metragem de ficção; Cinema, Aspirinas e Urubus, de Marcelo Gomes, que levou para o Nordeste do Brasil cinco dos principais Troféus Andorinha: Melhor Filme, Melhor Roteiro, Melhor Produção, Melhor Direcção de Arte e Melhor Actor. Mas, a produção portuguesa Alice, de Marco Martins, não ficou muito distante na competição dos trabalhos de longa-metragem, com quatro Troféus Andorinha: Melhor Realizador, Melhor Montagem, Melhor Fotografia e Melhor Música.



Teresa do restaurante "Mãe Preta" serviu a gastronomia de Angola

"Soy Cuba, o Mamute Siberiano", de Vicente Ferraz, e "Vinicius", de Miguel Faria Jr, dividiram o Andorinha Documentário: Melhor Filme para "O Mamute", e Melhor Realizador, para Miguel Faria Jr. Homenagem especial do júri para a actriz brasileira Maria Ceíça, pelo seu desempenho em "Filhas do Vento" e presença especialíssima dos três cineastas homenageados com o Troféu Leitão de Barros: o brasileiro Júlio Bressane; o moçambicano Camilo de Sousa, e o português Fernando Lopes.

O Festival realizar-se-á de dois em dois anos no Brasil, alternando bianualmente a sua localização, nos restantes países de língua portuguesa. No final da cerimónia, subiram ao palco o representante da Fundação de Arte de João Pessoa, e a representante do Governo da Paraíba, Gal Cunha Lima para, com a presidente da Fundação Cultural OJB, Mónica Botelho - assinarem o Convénio que permitirá a realização, em João Pessoa, no ano de 2007, da terceira edição do CINEPORT.

Gita Cerveira premiado com a andorinha técnica

É engenheiro de som há trinta anos. Começou em 1975 na TPA, depois viveu alguns anos na África do Sul e 16 em Paris. Entretanto, foi sendo solici-

tado para trabalhar em países como Portugal, Brasil, Nova York, Moçambique, Cabo Verde, Namíbia e Zimbábue. Como técnico de som filmou "O Som da Terra a Tremer" (1990), A Margem Sul (1994) e A Tempestade da Terra (1998), e como director de som, trabalhou nos filmes Non, ou a Vã Glória de Mandar (1990), A Divina Comédia (1991), O Dia do Desespero (1992), O Último Mergulho (1992), Fado Majeur et Mineur (1994), Passagem por Lisboa (1994) e muitos outros. Há seis anos, Gita regressou a Luanda, onde vive. O seu último trabalho foi o documentário realizado em Angola "A guerra do Bié-Centro de Angola", o próximo será a série "Testamento" co-produzida pela RTP e TPA cuja rotação começa, a 26 de Junho.



Gita Cerveira, homenageado por trinta anos de carreira

As 3 longas metragens apresentadas por Angola no primeiro CINEPORT (2005), contaram com a direcção de som de Gita que faz parte da Confraria do Cineport a convite do Instituto de cinema de Angola. Gita, considera esta área ainda incipiente em Angola. «Está tudo por construir e temos que fazer um trabalho de fundo para que surjam novos realizadores, técnicos e criadores», afirma. O Instituto tem feito ultimamente várias mostras de filmes africanos e da CPLP e apresentações de trabalhos de jovens cineastas «mas, continuamos a aguardar que se desbloqueiem mais fundos para o cinema». Gita, que também subiu ao palco, para receber o prémio do realizador angolano Dias Júnior, é de opinião que a participação do Estado na produção cinematográfica deve ser um pouco maior, porque o problema do cinema angolano é financeiro, «pedimos pelo menos, fundos que permitam a formação de novos realizadores e técnicos para que daqui há dez anos, tenhamos cinema mais a sério em Angola». MWANGOLÉ

O júri do Cineport II foi formado por Zezé Gamboa, de Angola; Geraldo Veloso, do Brasil; Julio Silvão Tavares, de Cabo Verde; Carlos Vaz, da Guiné Bissau; Luis Carlos Patraquim, de Moçambique; António Loja Neves, de Portugal; Angelo Torres, de São Tomé e Príncipe; Luis Cardoso, de Timor Leste.



Gita com Mónica Botelho presidente da Fundação Homero Junqueira

«Precisamos produzir mais longas metragens»

Realizador Zezé Gambôa

O realizador Zezé Gambôa, cujo filme, "O Herói", soma já 19 prémios, o último dos quais, recentemente ganhou no festival de cinema de Kourigba, em Marrocos, falou-nos, sobre as suas aspirações para o cinema angolano, e sobre o CINEPORT, que considera «cumpra o objectivo de pôr os povos lusófonos em convívio. A projecção de filmes e o intercâmbio de ideias permitem-nos uma análise das possibilidades, de produzir filmes entre nós. A conclusão destes objectivos, é muito importante para a dinâmica das nossas cinematografias».

MWANGOLÉ • O que achaste da participação de Angola?

ZG • De uma maneira geral, não estou satisfeito porque, na principal competição não há um único filme dos países africanos da CPLP, premiado. Foi tudo para o Brasil e Portugal. No próximo ano, estaremos na mesma situação, uma vez que o único filme que haverá a concurso, é o do cineasta moçambicano, Sol de Carvalho. Os filmes angolanos de longa metragem, passaram todos no ano passado, portanto estamos carentes no que diz respeito à produção de longas metragens, as quais, precisamos implementar, o mais depressa possível. Em 2002, provámos que é possível ser produtivo, visto que se fizeram filmes de longa metragem durante o ano todo. Provámos que é possível, sendo necessária vontade política, para dar continuidade a esta actividade.

M • Sobre os documentários de Angola presentes neste festival, queres comentar algo?

ZG • Fui convidado para integrar o júri e estou a ver os filmes de longa metragem, que espero sejam trabalhos com alguma qualidade, que dignifiquem a cinematografia angolana.

M • E sobre os prémios para Angola?

Há, um prémio de homenagem, que é um prémio de carreira, foi para o Gita Cerveira pelos 30 anos como engenheiro de som. É um

prémio digno e merecido, tanto quanto o de Dias Júnior.

M • Qual é a situação do cinema em Angola?

ZG • Em termos cinematográficos ou audio visuais uma coisa é a realidade, e outra o que eu gostava que se fizesse nesta área. Gostaria, que se fizessem 3 longas metragens por ano, pelo menos, para que o cinema angolano tivesse visibilidade, e um lugar não só interno, como no mundo porque, se continuamos a produzir com a actual lentidão, é evidente, que vamos recuar aos anos 90.

M • O teu filme "O Herói" foi muito premiado, que destino teve, onde pára o filme agora?

ZG • Neste momento, está num festival em Marrocos. Depois, vai para Suécia, ou seja continua a ter uma dinâmica muito boa, só em palmarés, tem 18 prémios 16 dos quais efectivos, e duas nomeações!

M • O que podemos esperar de ti como realizador, nos próximos tempos?

ZG • Espero continuar a filmar. Tenho, prontas, duas histórias para começar em simultâneo. Gostaria de dar corpo a estes projectos, apesar de nos depararmos sempre com as já mencionadas, carências financeiras.

M • E, nesse âmbito, que perspectivas tens?

ZG • Os circuitos continuam a ser os mesmos, com a agravante de haver mais pessoas a ir sempre às mesmas fontes, portanto estou na situação de qualquer cineasta "do sul".

M • E desistir de ser realizador?

ZG • Nunca! Esta é a única coisa que sei fazer e, portanto, tenho alguma dificuldade em mudar de profissão. Não saberia em que outra profissão poderia trabalhar mais, não é? (risos). **MWANGOLÉ**



Zeze Gamboa Orlando Fortunato e Gita Cerveira três profissionais do cinema angolano



Angola pela 1ª vez, na Feira do Livro de Lisboa e Porto

Na 76ª feira do livro de Lisboa, realizada no parque Eduardo VII em Junho deste ano, foram vendidos mais de 200 títulos de livros de autores angolanos. Presente em dois stands, em Lisboa e no Porto, Angola foi o primeiro país de língua oficial portuguesa convidado para fazer parte da mostra. Formado em Portugal, em línguas e literaturas modernas pela Universidade de Aveiro, o director do Instituto Nacional do Livro e do Disco, Jomo Fortunato, tem opiniões muito próprias sobre este intercâmbio entre Angola e Portugal.

MWANGOLÉ • Que balanço que faz da participação de Angola na feira do livro de Lisboa, pela primeira vez, como país convidado?

Jomo Fortunato • Actualmente, já existe a cadeira de literatura africana de expressão portuguesa em Évora, Porto, Coimbra, Aveiro. E, mesmo nos outros níveis de ensino, a referência comparativa, do uso da língua portuguesa, por escritores como Luandino Vieira e outros escritores africanos, já faz parte do ensino. Portanto, são variantes, que fazem parte do ensino da língua, em Portugal. Estudantes, e professores universitários, africanos aqui residentes, são os públicos, privilegiados, para quem uma feira destas, é dirigida.

Há, ainda, um público curioso, tomando contacto com escritores angolanos conhecidos, editados por editoras portuguesas, que são muitos, como o Agualusa, o Ondjaki, Pepetela, etc. mas, também puderam apreciar os livros que o INALD trouxe. Livros, que nunca antes circularam neste universo de comunicação literária, especificamente em Lisboa. Aqui, houve um primeiro contacto com escritores como Roderic Nehone, Luís Fernando, Uanhenga Xitu, José Mena Abrantes. São livros que estão circunscritos às livrarias angolanas e aos espaços onde é possível distribuí-los, instituições oficiais, embaixadas, etc.

Esta feira, servirá também, para abrir negócios e contactos com editoras e com a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), que tem sido muito atenciosa e responsável na nossa recepção, tendo respondido prontamente às preocupações que manifestámos.

MWANGOLÉ • Qual o balanço, nesta participação, em termos de futuro, na Feira do Livro em Portugal?

JF • Há, por um lado, a perspectiva de intercâmbio cultural através da literatura.

Por outro, irá possibilitar a compreensão entre os nossos povos e, reforçará o conhecimento da nossa complementariedade histórica.

MWANGOLÉ • Novidades em relação à actividade do INALD?

JF • Estamos a organizar a feira do livro e do disco da CPLP, que juntará todos os países que fazem parte desta organização e na qual Portugal participará pela quarta vez, com uma ampla representatividade.

MWANGOLÉ • Que balanço faz da actividade do INALD, ao fim de três anos como director, tem havido um grande esforço?

JF • Dificuldades, haverá sempre. No entanto, entre as actividades do INALD, além das edições e das feiras e da atribuição dos prémios que temos, o prémio infante juvenil 16 de Junho, o prémio Sagrada Esperança para os consagrados e o prémio António Jacinto para revelação de novos valores, o ponto alto das organizações do INALD, têm sido a feira do livro e do disco da CPLP, que tem tido grande impacto, incluindo uma programação muito reforçada do ponto de vista artístico, com um espaço dedicado à literatura infantil. É um dos eventos em que estamos a apostar e que tem sido muito bem aceite pela sociedade civil e pelas empresas, tanto públicas como privadas.

Isso ajuda a promover hábitos de leitura entre as gerações mais novas?

JF • O problema da leitura é muito complexo e tem que ver com o sistema de ensino. A qualidade dos livros também tem incidência no sistema educativo, portanto, temos ainda, um grande trabalho a desenvolver, nesta área. **MWANGOLÉ**



Rosa Vaz - O Regresso através da pintura

Licenciada em Biologia e Zoologia pela Universidade do Minho, transporta "o bichinho" da pintura. Desde criança: «Sou autodidacta, embora tenha feito diversas formações, e participado em workshops». Tornou-se professora em Braga, faz poesias que ainda mantém na gaveta, mas também promove eventos culturais que fomentam o diálogo, a troca e experiência entre culturas diversas, em especial, as do universo de língua portuguesa.

Rosa, começa a sua vida artística em 1989 estando quase a completar 20 anos de carreira pública. No seu percurso artístico tem no currículo mais de três dezenas de exposições. A sua temática propõem-nos viagens e perspectivas interiores sobre paisagens urbanas, valendo-se da pintura em cerâmica, acrílico sobre tela, trabalhos a nanquim (tinta da China) e carvão, utilizando alguns sinais já característicos da sua pintura, tais como: o pormenor do "quadriculado", o desenho de um emaranhado de símbolos, os grandes movimentos de linhas, os pontos de fuga permanentes, as deslocamentos no espaço e, é claro, a forte e luminosa policromia de África.

Acerca do seu processo criativo, diz que é diário e quando não está a pintar investiga. «São momentos de pura inspiração que surgem a qualquer hora: posso ter de me levantar às duas da manhã porque surgiu uma nova ideia. Não tenho horas. Pinto quando me apetece. Com a poesia acontece a mesma coisa, vou formando notas, construindo ideias».



Rosa está presente numa mostra de leques organizada por artistas galegos e dedicada também aos países da CPLP

Para Rosa, qualquer trabalho tem uma mensagem. E, segundo ela: "... cada obra tem uma história, uma emoção. O meu progresso tem sido feito através do que tenho sentido ao longo dos anos.

Nas escolas, onde tem leccionado, procura fazer a ponte entre a sua actividade como docente de biologia e as artes: «Para o próximo ano, farei com apoio da Gulbenkian, um projecto ligado à arte e à matemática, que, envolverá alunos do 1º e 2º ciclo», precisa.

Por se sentir muito angolana está envolvida numa série de acções de apoio a Angola e aos países lusófonos. Pertence à cooperativa de ensino Afro-Luso-brasileira com sede em Coimbra, que organiza uma bienal, denominada "O triângulo da Artes". Esta mostra, começa no museu dos Biscainhos, e durante dois anos, visita países como Brasil, S. Tomé, Espanha.

Rosa, vai recolher fotografias e vai fazer uma exposição de todo o percurso do Raid Braga-Luanda que terá ini-

cio a 28 de Julho, para terminar um mês depois. Embora não tenha voltado a Angola, diz «volto em cada viagem que os meus amigos fazem». Com o pessoal do raid envia um quadro que será oferecido a uma instituição em Luanda, em nome dos bracarense: «É um abraço à minha maneira.» refere.

Honrosamente, Rosa, foi convidada a participar no projecto da ONG "Engenho e Obra" que já tem o apoio de Bruxelas e sobre o qual explica: «É uma organização, que pretende ajudar os países que tiveram problemas e que estão "em renascimento", como gostamos de dizer». Os sócios desta ONG, com conhecimentos a vários níveis da sociedade, participaram com trabalhos nas suas áreas, podendo assim, incentivar jovens com aptidões artísticas, «e como se faz na Europa, promover estágios em casas de artistas, para evitar despesas, bem como procurar o apoio de instituições públicas» refere a artista. **MWANGOLÉ**



A artista ao lado da sua última obra a ser instalada na Taberna Inglesa espaço novo de Braga

A artista plástica Rosa Vaz, nasceu em 1963 em Malange. Aos 11 anos de idade muda com sua família para Portugal. Sobre essa experiência que a levou ao desenraizamento cultural, diz-nos: "Percorri o silêncio, descí a montanha e vi o mar longe, ondulante, gracioso, temeroso, e escaldante era o sol, a saudade a dor, a distância. África é a minha alma artística".

Rosa fala da sua partida súbita de Angola, em forma de poesia. E, lembra, tem saudades da terra molhada e quente que a batizou, do aroma das mangas, do peixe seco e do mar e que são, agora, libertados pelos lápis, pincéis, espátulas que fazem deslizar as tintas, criando formas que são o emaranhado dos pensamentos, dos sonhos, da sua infância na distante África.

Palancas, o Povo queria mais!...

Paulo de Jesus, enviado a Hannover



Rescaldo de uma odisseia

Até ao começo da segunda semana de Julho, as nossas atenções estiveram viradas para a Alemanha, por culpa da Copa do Mundo de Futebol, acolhida pela nação mais próspera da Europa.

Desta vez, havia um motivo muito especial. Os Palancas Negras, filhos desta rica terra de Ngola Kiluanje, marcavam a nossa história, ou melhor, complementavam os feitos conquistados pelo país, mormente nos campos político e histórico, com a sua participação na competição, onde, é comum concluir-se, com mais atrevimento, poderiam mesmo atingir patamares mais elevados.

Os críticos desportivos (aceitáveis em qualquer parte do Mundo, e Angola nunca será uma excepção), vão mais longe e discordam de algumas tácticas prudentes, usadas pelos Palancas. Admitem que se estas não fossem pré-concebidas com tanto rigor (com um sistema altamente defensivo e muitas cautelas ofensivas), Angola poderia surpreender ainda mais o Mundo futebolístico. Porém, muitos destes críticos entendem as des-

culpas de Oliveira Gonçalves, mas (testemunhei isso das bancadas de Hannover, no jogo contra Portugal, e em Leipzig, frente ao Irão), seria deselegante, dizer que ao Povo faltava razão. O Oliveira quis evitar goleadas, bem dito. E o Povo (emocionado?) rebate: que goleadas?

Da troca de "galhardetes" (aqui impera a linguagem desportiva), pelo elevado tom diplomático e cívico, ganhámos todos. Criticar não é falar mal, nem criminalizar. Na sua versão mais directa e simples, é querer o bem, embora ainda assim pequemos na lógica.

E Oliveira Gonçalves, um homem que merece o nosso mais nobre elogio, depois das "taças" obtidas para o país, quer a nível continental como internacional, terá músculos para receber, no seu verdadeiro sentido, as censuras do povo. Não só, porque os Palancas Negras constituem uma causa nacional, mas pelo rumo democrático e cívico com que se têm realizado estes debates. Obrigado Palancas!

MWANGOLÉ

Na hora do balanço

«É necessário um empresariado muito forte»

Entrevista com Oliveira Gonçalves

No rescaldo do Mundial, o seleccionador nacional, Oliveira Gonçalves, falou-nos da "odisseia" angolana, e faz alguma crítica à imprensa do seu país.

MWANGOLÉ • Que balanço faz da campanha de Angola no Mundial?

OLIVEIRA GONÇALVES • Temos de considerar esta participação positiva. Pode-se sempre fazer melhor, mas na nossa série procurámos equilibrar os jogos, quer com Portugal quer com o México, que eram as duas melhores equipas. Angola e o Irão, eram as equipas mais humildes do grupo. Os angolanos têm de estar orgulhosos pela participação da nossa selecção. Particularmente, estou orgulhoso pela dignidade com que os meus jogadores se bateram nesta prova.

MWANGOLÉ • Frente ao Irão, o sonho estava de pé...

OG • Sim, mas quer Angola quer o Irão jogaram muito mal, podiam ter praticado melhor futebol. Não tivemos capacidade de travar o jogo aéreo do Irão. Tentámos jogar com a bola rente à relva, mas foi impossível. Tenho de compreender os jogadores das duas equipas, pois ambas pensaram que era o jogo deles.

M • Muitos esperavam que Angola fosse goleada no Mundial...

OG • O que acontece é que no estrangeiro acreditavam mais em nós do que algumas pessoas ligadas à imprensa em Angola. Quando treinámos contra a Argentina, falaram em goleadas de sete ou de oito no Mundial. As pessoas não aprenderam com os resultados que fomos conseguindo nos jogos de preparação, frente às selecções mais fortes que a nossa.

M • Como define os Palancas Negras?

OG • É uma equipa muito batalhadora. Aqueles que não quiseram lutar, não jogaram.



Jogaram aqueles que assentaram o seu futebol numa base colectiva. Aqueles que caem e se levantam logo, foram os que jogaram. Os meus dectratores vão ter de aguardar um bocadinho mais para me agredirem.

M • Mas qual é a sua ambição?

OG • Se calhar é bom apostar em projectos ambiciosos. Mas não pode ser um projecto isolado. Eu exijo, porque o futebol exige. Mudámos muita coisa em Angola nos últimos anos e só assim assumi o comando da selecção. Só o fiz quando as condições estavam reunidas.

M • Angola teve dois "homens do jogo" nos três jogos que realizou. É um prémio de consolação?

OG • Temos jogadores com muito potencial para além do João Ricardo e do Zé Kalanga. Temos ainda o Love, o Flávio que mesmo não estando bem, fez aquele golo frente ao Irão, é outro jogador que merece estar num campeonato melhor. Temos o Titi Buengo, o Mendonça, o Kali, o André Macanga, que não fez o último jogo. Há aqui jogadores que se conseguirem bons contratos, irão também contribuir para a subida da nossa selecção. Se assim for, nos próximos Mundiais já poderemos ganhar jogos, como aconteceu com o Ghana, uma selecção pela qual torcemos.

M • O que é preciso mais?

OG • É necessário um empresariado muito forte para colocar os nossos jogadores no estrangeiro, como fazem Nigéria e os Camarões. Há ainda muita coisa para fazer.

MWANGOLÉ

Paulo de Jesus

Força, Palancas

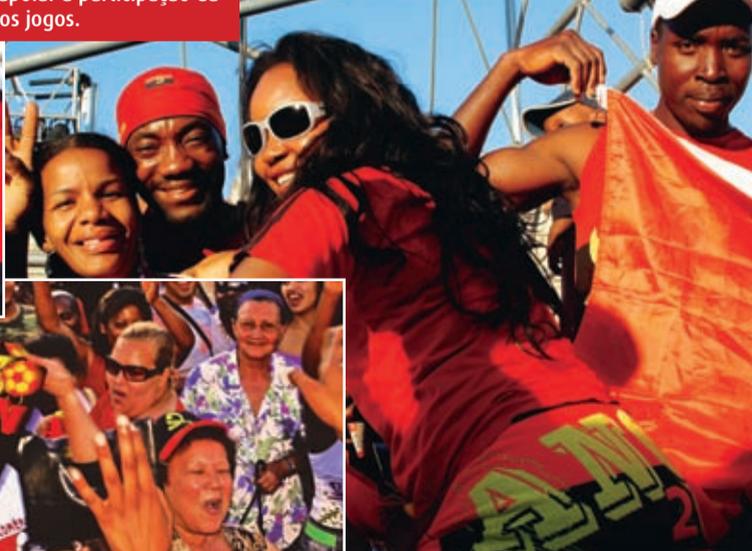
Fotos de Higinio Octávio



Antes do mundial, a 7 de Junho um grupo de cantores dos quais destacamos **Ângelo Boss, Dog Murras, Dom Kicas, Waldemar Bastos e Bonga**, deram um show na praça da Figueira para promover o CD em que participam **Força Palancas** para apoiar a participação da selecção angolana nos jogos.



Dom Kicas



O apresentador, Guilherme Galeano com Bonga

A selecção perdeu com Portugal (0-1) e empatou com o México (0-0) e Irão (1-1)



Após a presença do Palancas Negras no mundial, o principal responsável pelas transferências de futebolistas africanos nas ligas europeias, o empresário germânico Joachim Leukel mostrou-se interessado em alguns jogadores angolanos, que disputaram o Mundial 2006, em especial Kalanga e Mendonça. O agente, é co-



laborador directo do psicólogo angolano e também empresário desportivo, José Luís Gomes. Também o ex-agente do ghanense Anthony Yeboah, do nigeriano Jay Jay Okocha e outras estrelas africanas nos campeonatos europeus, manifestou o desejo de trabalhar na prospecção de valores, como tem feito em outros países do continente "Gostaria de lançar jogadores angolanos nas três principais ligas alemãs (1ª, 2ª e 3ª), mas não tenho contacto com empresários angolanos a partir de Luanda. Seria bom, ter um jovem angolano como Zé Kalanga aqui na Alemanha", frisou. Na sua óptica, os futebolistas angolanos não conseguem entrar em ligas mais competitivas da Europa, por falta de divulgação e marketing: «O mundial veio mostrar que os Palancas Negras têm um futuro brilhante, e que precisam de mais visibilidade», afirmou. MWANGOLÉ

Zé Kalanga eleito melhor jogador

O médio direito da selecção nacional, Zé Kalanga, foi eleito, em Leipzig, o melhor jogador da partida, que opôs as formações de Angola e do Irão com o resultado final de um empate, a uma bola. O médio angolano, que mereceu a confiança da equipa técnica da Fifa que, avalia o desempenho em campo de cada jogador, congratulou-se com o prémio e reconhece que é o resultado do trabalho que vem desenvolvendo. ■

Taça das Nações Africanas em 2008

A edição de 2008 da Taça das Nações Africanas realizar-se-á no Ghana, entre 20 de Janeiro a 10 de Fevereiro, anunciou esta quinta-feira a Confederação Africana de Futebol (CAF).

As cidades de Accra, Kumasi, Sekondi e Tamale foram as eleitas para acolher os jogos daquela competição, que tem na selecção do Egipto, o detentor em título. ■



O Delegado da ANGOP, Jorge Conceição e Azancot de Menezes



Fotos de Ana Ramos

Os angolanos em Lisboa não quiseram deixar de acompanhar os Palancas na aventura por terras Germânicas e juntaram-se no Parque do Calhau em Sete Rios, para assistir em ecrã gigante ao jogo entre as selecções de Angola e Portugal, dia 11 de Junho. Estiveram presentes figuras famosas como Nanuto e Os Supremos - grupo de kuduro.



Jovens, crianças e idosos, juntaram-se no Parque do Calhau

Mundial de clubes em Luanda

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros aprovou a realização em Luanda, de 23 a 30 de Setembro deste ano, do primeiro Mundial em clubes em hóquei em patins.

A proposta de realização desta prova em Angola, segundo o comunicado da reunião, orientada pelo presidente José Eduardo dos Santos, "deve-se ao facto do nosso país

ser o único no continente africano inserido no Grupo A dos campeonatos Mundiais da modalidade".

Prevê-se a presença de 12 dos melhores clubes dos principais países que praticam o hóquei em patins, nomeadamente Argentina, Brasil, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Suíça e dois clubes de Angola. ■



Concurso Miss Angola pela 1ª vez no Reino Unido 4ª Gala em Portugal em Setembro

O êxito dos concursos Miss Palop e Miss Angola realizados em Portugal com o apoio do Sector Cultural da Embaixada de Angola e do Consulado Geral de Angola em Lisboa, levam o produtor Mukanu Charles a sair, rumo a outros países da Europa, onde existe uma comunidade angolana significativa.

Assim, a Mukkanus, realizará em Londres pela primeira vez, a gala Miss Angola-UK, elegendo assim uma representante ao concurso Miss Angola, que todos os anos se realiza no mês de Dezembro em Luanda. Para a realização deste concurso, contará com a cooperação da New África Company, Associação sem fins



lucrativos e ambiciona fazer uma angariação de fundos, para a Fundação Save Children. Com data marcada para 6 de Outubro, o concurso, destinado às jovens angolanas residentes na Inglaterra, pretende ser o primeiro de muitos, que poderão ocorrer entre a diáspora angolana. As jovens candidatas, devem ter entre 17 e 25 anos e altura mínima de 1,65m.

A Gala Miss Angola em Portugal, já na sua quarta edição, terá lugar dia 9 de Setembro no Fórum Lisboa.

Segundo Mukanu Charles, produtor destes eventos, o Miss Angola-Portugal deste ano, será dedicado ao desporto, «atendendo às grandes conquistas de Angola, nomeadamente no basquetebol, andebol feminino, futebol e também no hóquei» refere, acrescentando que o concurso contará com uma novidade, a «Prova Talento». Nesta prova, as candidatas a Miss Angola, vão exibir-se representando, e fazendo uma demonstração das capacidades que possuem, em diferentes áreas do conhecimento. A ideia, diz Charles «é que, mostrem habilidades para as quais se sintam vocacionadas».

A Mukkanus, realizou no passado mês de Maio, a Gala Miss Palop, inserida nas festividades do dia de África. Participaram 25 candidatas dos cinco países africanos de língua portuguesa.

MWANGOLÉ

Candidaturas:

963 376 666 • 07 981 777 730
misses@sapo.pt



Expedição Braga-Luanda



Após diversas expedições ao Norte de África, América Latina e Península Arábica, e na sequência da grande expedição que foi Braga-Bissau 96, o Gimnobraga e a Jipeaventura partem de Braga rumo a Luanda a 28 de Julho deste ano.



A caminho de Angola, os expedicionários atravessarão Marrocos, o Cabo Bojador, o fascínio do deserto Sahara. A Mauritânia. A África Negra: Mali, Burkina-Fasso, Ghana, Togo, Benin, Nigéria, Camarões, Gabão e os Congos, para finalmente, chegar a Angola.



Percorrer por terra, os caminhos que há 500 anos foram intrepidamente percorridos por mar, é um desejo deste grupo de 12 bracarenses, alguns deles naturais de Angola.

Como referem «Braga Luanda, é um objectivo fascinante. E o desejo de levar até ao fim tão difícil projecto com todos os seus pressupostos e objectivos será, sem dúvida, a maior recompensa».



Mário Pinto, Nuno Albuquerque e José Carlos Miranda

A expedição, que engloba um total de cinco jipes, não terá características competitivas, mas sim objectivos culturais e de exploração geográfica dos países a percorrer.

A entrada em Angola, na semana de 20 de Agosto, far-se-á pela fronteira de Matadi e Nôqui, seguindo-se N'zeto, Ambriz e Caxito antes da ambicionada chegada a Luanda, onde se contactarão as diversas instituições de solidariedade social a actuar localmente, para proceder à entrega de medicamentos, livros, roupas e diverso equipamento logístico, transportado pela expedição.

Depois, a visita a Luanda e ao seu fascinante mosaico etnográfico, vivo e colorido, cuja diversidade fiel às mais genuínas raízes ancestrais, traduz a originalidade e natureza do povo Angolano.

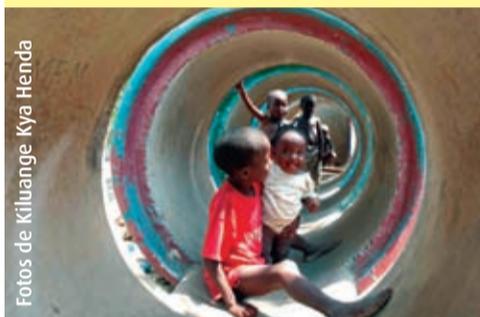
No dia 26 de Agosto será o regresso de avião: um dia para fazer o que demorou um mês!...

MWANGOLÉ

Todos os participantes são, necessariamente, elementos com alguma experiência neste tipo de actividade, com um forte espírito de sacrifício e de grupo, pois, uma viagem com estas características não deixará de pressupor algumas situações onde a componente física e psíquica, será preponderante.

www.bragaluanda2006.blogspot.com

Participação internacional na Trienal de Luanda



Fotos de Kiluange Kya Henda

Uma equipa da Soso/Lax Arte Contemporânea e Softwares Culturais, liderada pelo artista plástico Fernando Alvim, esteve em Portugal, Espanha, Estados Unidos da América e Brasil, com o objectivo de finalizar os modelos de participação internacional, no movimento cultural (Trienal de Luanda).

Segundo um documento da Soso/Lax a «tourneé», visa desenvolver o modelo de participação portuguesa, a ser discutido e analisado com a direcção do Instituto das Artes do Ministério da Cultura de Portugal.

Com o Instituto Valenciano de Arte Moderna (IVAN), em Espanha, os responsáveis prosseguirão as conversações sobre a Exposição «Sindika Dokolo», colecção Africana de arte contemporânea, a ser apresentada desde o mês de Julho e durante o ano de 2007.

Relativamente à participação dos Estados Unidos da América, na Trienal de Luanda, as conversações serão efectuadas com o museu For The African Arts e com o State Department.

No Brasil, a equipa da Soso/Lax, manterá um encontro com representantes do Ministério da Cultura. A Trienal de Luanda, foi concebida pelo artista plástico angolano Fernando Alvim, com o objectivo de criar um movimento cultural a nível da África Austral e, tornar Angola um pólo de interacção cultural.



O escritor e nacionalista angolano António Cardoso morreu recentemente em Lisboa, vítima de doença prolongada



A comunidade angolana residente em Portugal celebrou na capela do Campo Grande, em Lisboa, uma missa pela alma do escritor e jornalista. Antes da transladação do corpo para

Luanda, foi realizado um velório e uma missa na capital portuguesa.

António Cardoso, era membro fundador da União dos Escritores Angolanos (UEA). Das suas obras editadas destacam-se: Poemas de Circunstância (1961), Panfleto (1979), 21 Poemas da Cadeia (1979), Economia Política (1979), A Fortuna-Novela de amor, Baixa & Muceques, A casa de Mãezinha-Cinco Histórias Incompletas de Mulheres, Lição de Coisa, Nunca é velha a esperança, todos de 1980 e Chão de exílio (1980).

Nasceu em Luanda a 8 de Abril de 1933, onde fez os seus estudos até ao 5º ano. Durante o seu percurso revolucionário, esteve preso por duas vezes em 1959 e em 1961, sendo libertado em 1974. Foi presidente do Directório do Movimento Democrático de Angola - MDA em 1974, integrando-se em 1975 no MPLA, onde teve intensa actividade.

MWANGOLÉ